negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 20 de junho de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5264 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

GONÇALO S. MATIAS
Pacto para Migrações chega a um compromisso possível
OPINIÃO 27

CATARINA CARIA
Em Bruxelas, os jogos da fome começaram
OPINIÃO 26

Investidores estrangeiros vêm a Portugal conhecer cotadas

Grupo de 19 pessoas visita o país na próxima semana para se reunir com empresas lusas.
MERCADOS 20 e 21

Nacionais e mais jovens: gestores do PSI estão a mudar
PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Bruxelas avisa Governo que margem continua limitada

Análise da Comissão Europeia aponta para riscos no médio prazo.
ECONOMIA 8 e 9, EDITORIAL

Olivier Hoslet/EPA

Construção
Obras aceleram acima de parceiros da UE, mas "repor casas será lento"
EMPRESAS 18

Centeno vai usar almofada e pede à banca que encha a sua
HOME PAGE 2

Ministra quer mexer no subsídio para tornar emprego "mais atrativo"
ECONOMIA 10

HOME PAGE

Governador do Banco de Portugal garante que os resultados negativos do banco central, que vão continuar pelo menos até 2026, não diminuem a sua capacidade de ação e pede aos bancos que poupem para futuro incerto.

Centeno vai usar almofada e pede à banca que encha a sua

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

Rodrigo Antunes/Lusa

Os resultados do supervisor liderado por Mário Centeno foram afetados negativamente pelos juros do BCE.

O Governador do Banco de Portugal (BdP) garante que o ciclo de resultados negativos do supervisor, que deverá prolongar-se pelo menos por mais dois anos, não afeta a capacidade de conduzir a política monetária e admite que vai continuar a usar a almofada financeira que constituiu nos últimos anos para cobrir resultados operacionais negativos.

Em 2023, o regulador registou um prejuízo operacional de 1.054 milhões de euros, mas utilizou a provisão para riscos gerais para conseguir um resultado líquido nulo.

Questionado nesta quarta-feira pelos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças sobre o resultado do ano passado, o Governador confirmou que o ciclo de resultados negativos deverá manter-se pelo menos durante mais dois anos, mas garantiu que isso não afetará a capacidade de conduzir a política monetária.

"Se olharmos para o ciclo da política monetária tal como ele se nos coloca hoje, e aquilo que sabemos hoje sobre a inflação e a trajetória de taxas de juros, podemos antecipar que este ciclo de resultados negativos se vai prolongar pelo menos mais dois anos, havendo uma expectativa de todos os bancos centrais de que em 2026 se retome uma situação mais regular", esclareceu, para de seguida assegurar que "os resultados do Banco de Portugal e do Eurosistema em geral não afetam a sua capacidade de condução de política monetária, que é a grande missão dos bancos centrais".

Uma missão que na ótica do responsável máximo do supervisor "está ancorada à sua credibilidade e às decisões de política de forma independente que os bancos centrais tomam no campo monetário e não aos seus resultados".

A almofada do BdP, que é de cerca de 2.800 milhões de euros, dá tranquilidade ao Governador, que prevê continuar a usá-la: "O banco preparou-se ao longo de muitos anos para esta situação. A cobertura através de provisões e reservas para riscos sempre esteve acima de 100%".

Quanto ao futuro, "aquilo que se espera que o banco faça em face dos resultados dos próximos anos, incluindo 2024, é que recorra a estas provisões para acomodar, em termos dos resultados líquidos, o que for o resultado antes de provisões e impostos", afirmou, assegurando que "esta é uma situação generalizada" nos bancos centrais do euro.

A almofada financeira do supervisor é de cerca de 2.800 milhões de euros.

> **Os bancos devem poupar para não voltarmos a viver momentos de aflição no sistema bancário.**
>
> MÁRIO CENTENO
> Governador do Banco de Portugal

"Falei com o ministro a meu pedido"

O Governador do Banco de Portugal garantiu ainda que falou com o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, sobre os resultados negativos do supervisor nos dias seguintes à tomada de posse do Executivo, que ocorreu no dia 2 de abril.

O tema gerou polémica, com o ministro a mostrar surpresa perante os resultados noticiados pelo Negócios a 10 de abril.

"A primeira conversa neste contexto com o ministro Sarmento foi poucos dias depois da tomada de posse, a meu pedido, e tivemos oportunidade de falar sobre os resultados do Banco de Portugal", garantiu Mário Centeno aos deputados.

Banca deve precaver-se para fazer face a futuro incerto

As instituições financeiras devem optar pela mesma estratégia, usando os resultados positivos para constituírem almofadas que lhes permitam fazer face a momentos negativos no futuro, defendeu o Governador.

Em 2023, os juros do Banco Central Europeu ajudaram a banca a obter lucros-recorde – os cinco maiores somaram 4,4 mil milhões de euros –, mas Centeno alerta que este ciclo vai terminar.

"Estes resultados são transitórios, não vão permanecer", disse o responsável, concluindo que no futuro a situação financeira dos bancos pode alterar-se de novo, para pior. Por isso, os bancos "devem poupar [...] para depois não voltarmos a viver momentos de aflição no sistema bancário, que estão totalmente fora dos cenários", afirmou. ■

DIA

AÇÃO

"Holding" da família reforça posição no capital da Mota-Engil

A empresa liderada por Carlos Mota dos Santos teve a maior valorização desde fevereiro.

A Mota-Engil escalou 4,56%, registando a maior valorização desde 29 de fevereiro, depois de ter sido conhecido que a Mota Gestão e Participações investiu cerca de 521 mil euros para comprar 150.295 ações da Mota-Engil nas últimas sessões. A "holding" da família passa, desta forma, a deter 117.977.943 ações, correspondentes a 38,46% do capital social da construtora, segundo informação comunicada ao mercado. ■

4,56%

Variação este ano: **-7,37%**
Valor em bolsa:
1.125,3 milhões de euros

FRASE

"Não vejo na família socialista nem confio mais em nenhum outro socialista na Europa [senão António Costa] para desempenhar essa função.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

FOTO

Uma visita, um carro e dois líderes solitários

A metáfora subjacente a esta imagem poderia ser a de dois líderes solitários que conduzem os destinos dos respetivos países. Na verdade, trata-se apenas do Presidente norte-coreano, Kim Jong-un, a fazer um "test drive" a um carro Aurus, oferecido pelo seu homólogo russo, Vladimir Putin, que 24 anos depois voltou a visitar a Coreia do Norte.

Fotografia: EPA/Gavriil Grigorov/Sputnik

NÚMERO

996

A GNR apreendeu ontem cerca de 5,5 milhões de cigarros de contrabando e travou uma fraude ao Estado avaliada em 996 mil euros.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Não estiquem a corda

Os avisos sucedem-se e têm origem em diferentes protagonistas: há desafios orçamentais que os países da Zona Euro vão enfrentar, o endividamento continua a ser um problema numa série de economias da moeda única e, no que diz respeito a Portugal, a margem que o país tem continua a ser demasiado curta.

A Comissão Europeia foi a primeira a fazer soar os alarmes, ao abrir um procedimento por défice excessivo a França, Itália e cinco outros países. No mesmo dia, o BCE publicou um relatório onde frisa que os países da Zona Euro estão a enfrentar "encargos orçamentais significativos" devido ao envelhecimento da população, às despesas adicionais com a defesa e às alterações climáticas, o que torna mais urgente a redução dos seus elevados níveis de endividamento.

Nada disto é estranho ou novo, mas estas vulnerabilidades são muito pouco discutidas nos diferentes países, até porque discutir encargos orçamentais significa, em boa medida, fazer escolhas difíceis no que toca à alocação da despesa.

Na avaliação da Comissão Europeia, Portugal saiu do radar deste mecanismo de supervisão de vulnerabilidades económicas, mas há avisos aos governantes nacionais: ainda que a dívida tenha diminuído, o seu peso no PIB continua elevado e a margem do país mantém-se curta.

Chegados a setembro, esperemos que a discussão não esqueça que a margem é curta.

Preparamo-nos para entrar naquele que é conhecido como o início do ciclo orçamental, com a preparação pelos diferentes ministérios da informação relativa que permite construir o documento entregue no Parlamento a cada mês de outubro. E com ele, e com a discussão parlamentar que se segue, abre-se a caixa registadora no leilão de propostas que nada mais fazem do que transformar o OE numa manta de retalhos.

A tendência é fazer política fácil e rápida com um conjunto de propostas que agrade às clientelas habituais, sem que em profundidade se discuta a forma como tais medidas impactam a despesa e receita do Estado no longo prazo.

Os avisos sobre os desafios orçamentais que os diferentes países do euro enfrentam, Portugal incluído, sucedem-se, mas não creio que haja partidos dispostos a ouvi-los. Chegados a setembro, esperemos que a discussão política em torno do OE não esqueça que a margem é curta. E, acima de tudo, não estiquem a corda. ■

Quatro cotadas mais valiosas do PSI estão menos sustentáveis

A Jerónimo Martins foi a cotada do PSI que mais subiu o risco ESG em termos

Das 16 cotadas do índice de referência nacional, apenas quatro pioraram os níveis de sustentabilidade definidos pela Morningstar: Galp, Jerónimo Martins e o grupo EDP. No geral, há melhorias.

MARIANA FERREIRA AZEVEDO
marianaazevedo@negocios.pt

As quatro cotadas mais valiosas da bolsa de Lisboa estão menos sustentáveis. Segundo os dados da Morningstar Sustainalytics, enviados ao Negócios, a Jerónimo Martins, Galp, EDP e EDP Renováveis viram os seus níveis de risco global relativos a fatores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG, na sigla em inglês) aumentar no ano terminado em abril.

A Morningstar avalia, por um lado, a exposição das empresas a riscos ESG e, por outro, a capacidade de os gerir. A Galp foi a única cotada do índice PSI a ver a classificação geral deteriorar-se de um risco médio para alto, pressionada pelo aumento de 19% no "score" atribuído pela Morningstar Sustainalytics. O setor de atividade em que a petrolífera liderada por Filipe Silva opera implica em si mesmo uma maior exposição a problemas ambientais, podendo tornar os ativos da empresa redundantes e penalizar a rentabilidade. "As emissões, os resíduos líquidos e sólidos lançados para o meio ambiente, as operações que envolvem emissões de carbono e a saúde e segurança no trabalho são problemas de ESG relevantes", aponta a empresa de dados sobre a exposição da Galp a riscos.

As empresas comparáveis à Galp (em termos de setor e capitalização de mercado) são a Eni, a MOL Hungarian Oil & Gas, a National Company KazMunayGas e a Ecopetrol. A portuguesa está a meio da tabela de rating de risco ESG, sendo que as duas primeiras são mais sustentáveis e as duas últimas menos.

34,97

MOTA-ENGIL

Apesar de ter diminuído o seu risco ESG em 12%, a Mota-Engil é a cotada do PSI com o "score" mais elevado: 34,97. A classificação é "alta".

A Galp contra-argumenta, sublinhando que a avaliação da Morningstar "deve ser enquadrada numa lógica setorial", e indica que está comprometida com o ESG. "Os temas relacionados com o ESG têm ganho importância para a generalidade dos 'stakeholders' e são muito relevantes para a Galp, sendo objeto de monitorização contínua, tanto nas práticas como no reporte de informação", indica uma fonte oficial da empresa ao Negócios.

A Jerónimo Martins é, por sua vez, a cotada do PSI com um agravamento percentual mais elevado: o aumento foi de 23%, apesar de o risco geral da cotada se manter em níveis baixos. Fonte oficial da retalhista reconhece que "existe um ligeiro acréscimo no risco atribuído à Jerónimo Martins, do qual em momento algum se pode inferir um menor compromisso da empresa com a sustentabilidade", indicando que aumentou em 2023 a sua presença em índices de sustentabilidade.

Os maiores contributos para o rating de risco ESG da Jerónimo Martins são, segundo a Morningstar, privacidade de dados e cibersegurança, governo societário e ainda direitos humanos ao longo da cadeia de abastecimento.

Também a família EDP piorou o desempenho, apesar de em menor dimensão do que a Galp e Jerónimo Martins. Os níveis de risco da casa-mãe subiram 5% e os do braço renovável avançaram 2%, ainda que ambas tenham uma classificação de "baixa" exposição a riscos ESG e sejam vistas como tendo uma gestão forte destes fatores.

19%

GALP

A Galp aumentou o risco ESG em 19% no último ano e foi a única do PSI a piorar a classificação da Morningstar de "média" para "alta".

Fonte oficial do grupo liderado por Miguel Stilwell d'Andrade justifica que "a ligeira subida de risco na avaliação das duas empresas deve-se a fatores externos e conjunturais", apesar de não especificar quais. E garante: "Tanto a EDP como a EDPR continuam comprometidas com as melhores práticas ESG ao longo das suas cadeias de valor, trabalhando continuamente para atingirem os seus objetivos de descarbonização, empoderamento das comunidades, proteção do planeta e envolvimento dos parceiros, suportados pela forte cultura ESG do grupo em todas as geografias onde está presente".

As áreas mais sensíveis para ambas as empresas prendem-se com as relações com as comunidades locais, bem como com o "governance" de produto. No caso da casa-mãe é ainda destacada a saúde ocupacional e a segurança dos trabalhadores.

Miguel Baltazar

percentuais: 23%. A classificação de risco continua, ainda assim, como "baixa".

CORTICEIRA AMORIM É A MAIS SUSTENTÁVEL

Nível de risco ambiental, social e de governo corporativo das cotadas do PSI, por ordem crescente

A Morningstar Sustainalytics mede o grau em que o valor económico de uma empresa pode estar ameaçada por questões ESG, avaliando a sua exposição e gestão de riscos. De 0 a 10 o risco é insignificante, de 10 a 20 é baixo, de 20 a 30 médio, de 30 a 40 alto e a partir de 40 torna-se severo. A Corticeira Amorim é a mais sustentável do PSI.

Nome	Nível de risco ESG em 2024	Diferença percentual	Classificação de risco ESG
Corticeira Amorim	11,42	Baixo	-22%
Nos	14,61	Baixo	-3%
Altri	15,00	Baixo	-25%
REN	16,02	Baixo	-12%
Navigator	16,08	Baixo	-4%
EDP Renováveis	16,16	Baixo	2%
CTT	16,36	Baixo	-4%
Jerónimo Martins	17,37	Baixo	23%
Sonae	19,44	Baixo	-6%
EDP	19,62	Baixo	5%
BCP	19,65	Baixo	-9%
Greenvolt	20,91	Médio	-17%
Semapa	24,21	Médio	-23%
Ibersol	24,56	Médio	-5%
Galp Energia	31,43	Alto	19%
Mota-Engil	34,97	Alto	-12%

Fonte: Morningstar Sustainalytics

Maioria das empresas do PSI enfrenta risco reduzido

Apesar do agravamento nestas quatro cotadas, a maioria das empresas do PSI conseguiu diminuir os riscos financeiros ambientais, sociais e de governo corporativo. Das 16 cotadas no principal índice da bolsa de Lisboa, 11 apresentam um risco baixo, enquanto três têm um nível médio e duas – Galp e Mota-Engil – apresentam um risco alto.

A Corticeira Amorim é a cotada mais sustentável do PSI, impulsionada pela melhoria da gestão de riscos. A Morningstar elogiou os relatórios da empresa industrial: têm "um elevado grau de responsabilidade perante os investidores e a opinião pública", indica o diretor da divisão de "research" de ESG na Morningstar Sustainalytics, Arnold Gast, ao Negócios. A fechar o pódio das mais sustentáveis estão a Nos e a Altri. ■

Dos acidentes à regulação, petróleo deixa Galp exposta

A Galp Energia perdeu pontos no "score" de sustentabilidade definido pela Morningstar Sustainalytics, com base em dois critérios. A deterioração aconteceu principalmente devido à exposição a riscos ambientais pois a refinação de petróleo pode ter como consequência fugas de gás, derrames de petróleo, libertação de gases tóxicos para a atmosfera e contaminação de águas. Acidentes estes que podem causar despesas avultadas, como multas ou custos com limpeza, explica. Por outro lado, a maior preocupação dos governos pode levar à adoção de medidas para reduzir o uso de combustíveis fósseis. "Os riscos gerais do trabalho industrial, a natureza volátil do petróleo e do gás, bem como os ambientes remotos e perigosos onde a Galp opera, fazem com que a falta de segurança seja uma questão fundamental", aponta.

Cibersegurança e direitos humanos na Jerónimo Martins

A Morningstar Sustainalytics explica que a Jerónimo Martins recebe, armazena e processa grandes volumes de dados sensíveis de clientes, o que torna a empresa mais vulnerável a riscos de violação de privacidade e da segurança, que podem resultar em ações regulatórias, litígios, escrutínio público ou perda de confiança por parte dos clientes. Por seu turno, a exposição a violações dos direitos humanos acontece na cadeia de abastecimento sobretudo "pela localização geográfica dos seus fornecedores e pela natureza dos recursos adquiridos", aponta. "A associação a este tipo de abusos traz riscos para a reputação das empresas", refere, indicando que além de poder ser alvo de críticas por parte de organizações não governamentais, também pode desencadear mais controlo por parte das entidades reguladoras.

Comunidades locais são calcanhar de Aquiles da EDP

Há duas componentes da classificação do risco e, no caso da EDP, a exposição a riscos ESG é forte, mas a gestão dos mesmos é elevada. São a saúde e segurança dos trabalhadores, a relação com a comunidade e a gestão de produto as questões que mais contribuem. A Morningstar explica que a grande quantidade de projetos eólicos da EDP "pode gerar riscos para as relações com a comunidade". E a operação na península Ibérica está sujeita a um elevado risco de incêndio florestal. "Todos os seus outros ativos são também vulneráveis a fenómenos climáticos extremos", aponta. Além disso, há riscos de segurança para os trabalhadores por a atividade envolver cabos de alta tensão e ativos de produção em sítios remotos e de difícil acesso. A Morningstar elogia, no entanto, a forma como a empresa tem gerido estes riscos.

Exposição da EDPR a riscos é baixa, mas está a subir

A EDP Renováveis tem uma exposição reduzida a riscos ESG, embora estes tenham aumentado desde abril do ano passado. As relações com as comunidades locais, a gestão de produto e ética de negócio são os maiores problemas, de acordo com a Morningstar. "Embora as operações da empresa possam contribuir para as comunidades locais através da criação de oportunidades de emprego, também podem ter um impacto negativo nos meios de subsistência das pessoas dessas comunidades", indica. Por outro lado, "a exposição a transgressões de natureza ética resulta sobretudo das relações comerciais da elétrica com a sua cadeia de valor, bem como dos países onde opera e ainda da sua dimensão". Estes podem incluir lóbi político, conflitos de interesses, práticas de concorrência desleal ou irregularidades fiscais e contabilísticas.

Nacionais e mais jovens: como estão a mudar os CEO do PSI

O principal índice bolsista português deixou de ter qualquer líder estrangeiro, sendo que quem está a chegar ao cargo de topo é mais jovem e, principalmente, escolhido internamente, de acordo com uma análise da Heidrick & Struggles. Já a formação está entre as mais elevadas.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Carlos Mota Santos foi o último CEO a chegar ao índice PSI, tendo chegado ao cargo no início de 2023, e é também o mais jovem, com 45 anos.

Com uma formação académica elevada, os profissionais que chegam a "chief executive officer" (CEO) das empresas da bolsa de Lisboa estão mais jovens e menos diversos em termos de nacionalidade – deixou de haver qualquer representante de outro país. Os homens continuam também a dominar.

"O que vejo são cada vez mais tendências alinhadas com a Europa, ou seja, há uma qualidade muito elevada na liderança em Portugal, com pessoas muito bem preparadas, com MBA ["master of business administration"], com experiência, em alguns casos também a nível internacional, o que é muito positivo", explica em entrevista ao Negócios Stefano Salvatore, CEO para Portugal da Heidrick & Struggles, consultora responsável por um relatório anual que avalia o "governance" dos CEO do índice PSI.

O relatório indica que 68% têm um MBA ou um doutoramento, 31% experiência internacional, em linha com a França e a Irlanda, e outros tantos possuem experiência noutros setores de atividade, em linha com o valor global e com, por exemplo, a Noruega. Stefano Salvatore elogia a qualidade da gestão, mas adverte que há aspetos de diversidade, em que ainda há "tarefas pendentes". No caso do género, apenas 6% dos CEO são mulheres – ou seja, uma: Cláudia Azevedo, na Sonae –, ainda assim, acima de Espanha.

Apesar de reconhecer que há um "maior esforço" nos últimos anos em reforçar a diversidade em diferentes camadas das empresas, o representante da consultora sublinha que não se trata apenas de questões de género. "Falo também de diversidade de experiência de pessoas que podem ser estrangeiros, podem ser pessoas que têm tido ainda maior experiência lá fora. Seria bom ver esse grau de maior diversidade também. Portugal, por exemplo, já não tem um CEO que não seja português. O único outro país semelhante é a Colômbia. Não sei se é realmente

0
ESTRANGEIROS
A bolsa de Lisboa não tem um único CEO estrangeiro. Dos 27 mercados analisados, a Colômbia é o único país comparável.

10,6
TEMPO
Em Portugal são necessários, em média, 10,6 anos para se chegar a CEO e a permanência no cargo está numa média de 6,5 anos.

69%
INTERNOS
As novas nomeações de CEO são feitas, em 31% dos casos a nível externo, enquanto as restantes 69% escolhas são internas.

João Cortesão

onde se quer estar como país, especialmente quando falamos da sustentabilidade e diversidade", indica o CEO.

O único líder de uma empresa do PSI não português era Andy Brown, que deixou a Galp Energia no final de 2022. A petrolífera é, aliás, uma das duas empresas que mudaram de CEO no ano passado, tendo Filipe Silva assumido essa função. A outra é a Mota-Engil, onde subiu ao cargo Carlos Mota Santos.

O relatório indica que, dos 15 CEO das 16 cotadas do PSI (EDP e EDP Renováveis partilham um único gestor: Miguel Stilwell d'Andrade), 13% foram nomeados no ano passado. Em média, a idade dos recém-nomeados é de 50,8 anos, semelhante à de Espanha, Suíça ou Itália. Ainda assim, a idade média está fixada em 56,9 anos, mais jovem do que em Itália, EUA ou Espanha.

Mostram ainda que, em Portugal, são necessários, em média, 10,6 anos para se chegar a CEO – o sexto período mais longo de entre os 27 mercados financeiros analisados e a permanência média no cargo é de seis anos e meio.

A escolha é, em 69% dos casos, feita a nível interno, o que Stefano Salvatore considera estar relacionado com as próprias características das cotadas da bolsa de Lisboa. "Estamos a falar de 16 empresas e provavelmente só um terço são companhias que não têm verdadeiramente raízes empresariais familiares, como os CTT, a EDP ou o BCP. Depois temos outras ainda com uma presença da família fundadora ou de um empreendedor, onde é mais lógico que esse processo tenha um elemento de confiança muito elevado".

O CEO da Heidrick & Struggles não vê como problemática esta escolha interna. Adverte, contudo, "só ver o talento interno pode ser uma maneira de uma organização de autolimitar" pois o melhor profissional para o lugar pode estar noutro lugar. "Penso que enriquece o processo" procurar também fora, diz. "Depois até se pode chegar à conclusão que essa opção externa é a melhor" ou que a confiança e conhecimentos internos são mais valorizados, "mas tomou-se essa decisão de uma maneira mais objetiva". "A minha observação é que não o vejo tanto como em outros países", acrescenta. ■

PERGUNTAS A STEFANO SALVATORE

CEO da Heidrick & Struggles em Portugal

"Novos e sofisticados investidores questionam muito mais" a gestão

A gestão das grandes empresas cotadas em bolsa está a mudar e a olhar mais para fora. Se a medida de sucesso passava por ser-se indispensável, hoje é o contrário: ser dispensável e deixar uma sucessão pronta é visto como o objetivo, segundo Stefano Salvatore. Em entrevista ao Negócios, o CEO para Portugal da Heidrick & Struggles – que é responsável por um estudo anual às equipas que lideram as cotadas – considera que a geopolítica e a exigência dos investidores está a precipitar a mudança.

Antigamente, [os CEO] eram mais centrados em si próprios e [hoje] têm de ser mais diretores de orquestra, mais servidores da organização do que o contrário.

Como é que a análise da Heidrick & Struggles aos CEO evolui face ao ano passado?

De um ano para o outro, penso que, nos dados em si, não há enormes diferenças. O que se destaca são determinadas tendências, muito em função dos acontecimentos que vemos nos últimos anos a nível geopolítico e geoestratégico que fazem com que os próprios aspetos de lideranças em corporações possam variar.

Como é que a geopolítica influencia a liderança?

Na capacidade e no nível de agilidade e velocidade com que as empresas conseguem adaptar-se, que tem a ver com a própria capacidade dos CEO ou da equipa do topo em ter uma agenda clara e entendimento da própria organização e do espaço circundante. Não só da sede ou se onde a companhia pode ter negócios. Uma empresa pode não ter negócios na Ásia, mas ter uma grande concentração de fornecedores na Ásia e isso tem um impacto na companhia.

De que forma é que deve ser tido em conta?

Tem de se entender os fluxos e antecipá-los, o que está muito nas capacidades de liderança. É também algo que referimos no relatório: a questão dos egos dos CEO. Antigamente, eram mais centrados em si e [hoje] têm de ser mais diretores de orquestra, mais servidores da organização do que o contrário.

Como é que essa capacidade de adaptação se reflete nos dados? Na mudança dos "boards" ou na experiência dos CEO, por exemplo?

As duas coisas andam juntas. É uma questão de ver também o nível de sofisticação e de 'governance' dos conselhos de administração. Há 'boards' que estão claramente a ser mais desafiados. Novos e mais sofisticados investidores começam a questionar muito mais a própria equipa executiva, os processos, por exemplo, da sucessão. Isso faz com que exista uma dinâmica muito mais sã e proativa na hora também de analisar em cada momento quais é que são as competências de liderança que a companhia precisa.

Como assim?

Uma empresa em expansão precisa de um tipo de capacidade de liderança e uma que esteja em reestruturação se calhar precisa de outra. Essa capacidade de o 'board' saber ler, entender e questionar a cada momento estes aspetos faz com que a própria função esteja a evoluir.

É uma tendência generalizada a todo o mundo?

Depende muito dos mercados. Se vamos para o 'benchmark' dos Estados Unidos, não podemos comparar com nada porque são as melhores práticas pela diversidade e pela quantidade de empresas e investidores. Se vamos para o mundo anglo-saxónico há também uma diversidade nos próprios investidores e nos 'boards'.

E em Portugal?

Se vamos depois a índices como Itália, Espanha ou Portugal, vemos que essa diversidade é menor. Porquê? Porque os índices são mais pequenos e porque temos companhias cotadas que ainda têm uma presença relevante do empreendedor, de um fundador ou de uma família. Essas dinâmicas são um pouco diferentes. ■

O ministro das Finanças, Miranda Sarmento, recebe esta sexta-feira a proposta de Bruxelas para a evolução da despesa nos próximos anos.

FINANÇAS PÚBLICAS

Bruxelas avisa Portugal que margem continua limitada

País voltou a melhorar posição de partida para a redução da dívida, mas esta permanece elevada e com riscos no médio prazo, indica a última análise da Comissão Europeia. Esta será a base para os planos do Ministério das Finanças nos próximos quatro ou sete anos.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

A posição de partida de Portugal para iniciar, a partir do próximo ano, um novo plano plurianual de redução da dívida no quadro das novas regras orçamentais europeias voltou a melhorar, confirmou nesta quarta-feira a Comissão Europeia. Depende, no entanto, de um nível de excedente "ambicioso" e raro no histórico nacional, com Bruxelas a avisar que o país continua com "espaço de manobra limitado" para abdicar de receitas fiscais ou subir o nível da despesa permanente.

No pacote de Primavera, apresentado esta quarta-feira, a Comissão Europeia atualizou o documento da análise de sustentabilidade da dívida para Portugal, que servirá de suporte aos tectos de despesa recomendados por Bruxelas para os próximos anos, que serão enviados nesta sexta-feira ao ministro das Finanças, Miranda Sarmento.

Este documento, assinale-se, só será público muito mais tarde, a 20 de setembro, quando o Governo remeter de volta a Bruxelas uma trajetória de despesas que será negociada com a Comissão Europeia ao longo dos meses de verão e que poderá conhecer algum desvio, mas sempre de forma sustentada, com o país obrigado a assinalar e justificar as diferenças face à proposta inicial de Bruxelas. O chamado plano orçamental estrutural de médio prazo, a quatro ou sete anos, terá de receber luz verde da Comissão e, também, de ser aprovado pelo conjunto dos 27 Estados-membros.

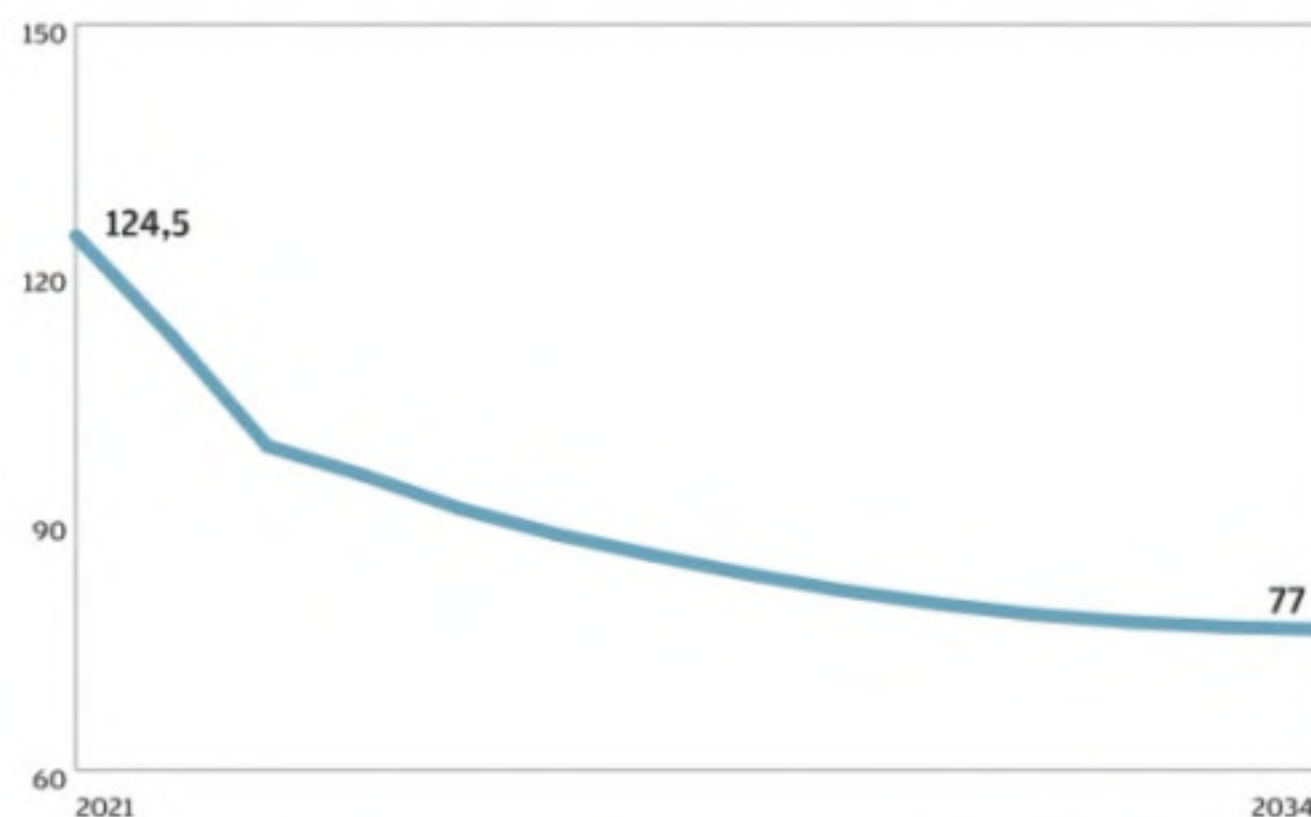
Para já, é conhecida a análise à sustentabilidade da dívida que incorpora já as últimas previsões da Comissão Europeia, incluindo a expectativa de obtenção, neste ano, de um saldo primário estrutural de 2,2% do PIB. Na contabilidade que exclui despesas com juros, despesa cíclica e medidas "one-off", a Comissão prevê um excedente já inferior aos 3,1% calculados para o ano passado, mas que ainda assim fica largamente acima do histórico nacional.

Este nível de excedente primário estrutural que será assumido na base do plano orçamental de médio prazo do país "parece ambicioso em comparação com o desempenho passado, sugerindo espaço de manobra orçamental limitado", pode ler-se na análise que é publicada conjuntamente com o novo relatório de acompanhamento a Portugal

António Cotrim/Lusa

DÍVIDA CAI MAIS, MAS AINDA NÃO CHEGA

Projeção para evolução do peso da dívida pública, em percentagem do PIB

Bruxelas atualizou a análise à sustentabilidade da dívida pública, com o saldo primário estrutural previsto para 2024 a permitir acelerar a descida do rácio do endividamento para 77% do PIB em 2034 – ainda acima do limiar dos tratados. Espera menos 2,2 pontos percentuais do PIB ao ano.

Fonte: Comissão Europeia

2,2
SALDO
O saldo primário estrutural de 2,2% do PIB, previsto neste ano, melhorou as projeções.

22,1
CORTE
Em dez anos, Bruxelas prevê um corte do rácio da dívida em 22,1 pontos percentuais do PIB.

pós-programa de ajustamento, integrado na nova documentação do ciclo do Semestre Europeu.

Apesar disso, é este o valor central que, neste momento e sem ajustamento, aponta para uma redução do peso da dívida pública para 77% do PIB no horizonte de uma década, até 2034, ainda bastante acima do tecto de 60% do PIB de endividamento público que se mantém nos tratados e para baixo do qual Portugal e outros 11 países da União Europeia terão de caminhar.

"A base de referência da análise à sustentabilidade da dívida mostra que o rácio da dívida pública deverá diminuir mas manter-se num nível elevado no médio prazo", assinala a documentação, que continua também a ver um risco alto de os níveis de dívida se manterem elevados num cenário de retorno aos saldos deficitários que marcaram as últimas décadas.

A evolução agora projetada pela Comissão Europeia com novos dados vê acelerar a redução da dívida face às projeções anteriores, de março. Bruxelas espera um corte médio anual equivalente a 2,2% do PIB no período de 2025 a 2034. Ainda há três meses, quando era esperado menos crescimento e um saldo menor, os cálculos sugeriam que a decida se faria ao ritmo de 1,7% do PIB ao ano.

A descida da dívida entretanto realizada até aqui – para 99,1% do PIB no final de 2023 – foi um dos elementos que retirou definitivamente Portugal do grupo de países sob o mecanismo de alerta para situações de desequilíbrio macroeconómico ao fim de uma década (ver texto ao lado), com o país a receber felicitações do vice-presidente da Comissão, Valdis Dombrovskis, num dia marcado pela queda de sete outros Estados-membros em procedimento por défice excessivo – entre estes, Itália e França, com défices de 7,4% e 5,5% do PIB no ano passado.

12
PAÍSES
Portugal e outros 11 países mantêm dívidas acima dos 60% do PIB. São também 12 os que excedem a regra de 3% do PIB de défice.

O pacote de Primavera serviu para lembrar aos países em situação de défice ou endividamento excessivo que, até setembro, terão de trabalhar nos respetivos planos de ajustamento, que irão impor limitações à despesa, mas que – insiste Bruxelas – não deverão prejudicar o investimento público.

A principal recomendação aos países, de resto, foi a de que acelerem a execução dos respetivos planos de recuperação e resiliência (PRR). Foi também esse o recado deixado ao atual Governo português pelo vice-presidente Dombrovskis durante a conferência de imprensa. A melhoria das condições para aumentar a competitividade foi outro tema focado nas recomendações. ■

País está de regresso ao equilíbrio macroeconómico

A Comissão Europeia retirou Portugal do lote de países em situação de desequilíbrio macroeconómico, considerando que "foram feitos progressos significativos na redução das vulnerabilidades relacionadas com elevadas dívidas privada, pública e externa, que se espera que continuem a recuar".

A decisão – na qual Portugal é acompanhado por Espanha e Portugal – sinaliza a expectativa de que os indicadores vigiados, tais como saldo externo e posição de investimento internacional, continuem a melhorar, e beneficiou da forte melhoria das contas públicas, como reconheceu o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis.

"Felicitamos Portugal pelo desempenho económico notável na resolução de desequilíbrios. A conclusão é a de que já não está em desequilíbrio e isso está ligado – mas não apenas – a um desempenho orçamental muito forte. Portugal está com excedentes orçamentais, o que não é frequente, como sabemos, e o rácio da dívida no PIB está a diminuir rapidamente", indicou.

Dombrovskis felicitou Portugal pelo "desempenho económico notável na resolução de desequilíbrios".

Portugal tem vindo a integrar o grupo de países vigiados no mecanismo de alerta para desequilíbrios macroeconómicos desde 2014, então ainda sob o programa da troika. Em novembro passado, Bruxelas renovou as preocupações, incluindo novamente Portugal e outros dez países no lote daqueles que ficam sujeitos a vigilância reforçada e chamados a reduzir vulnerabilidades. O processo produziu em abril um último relatório aprofundado que já assinalava melhorias nos níveis de dívida pública e privada, e no saldo externo, excedentário em 2023 com o apoio da descida dos preços da energia. Os alertas quanto à evolução dos preços da habitação também foram suavizados, com a Comissão a afastar já um cenário de correção de preços.

Na decisão agora adotada é salientado que os níveis de dívida pública e privada "diminuíram substancialmente desde 2021, apoiados pelo forte crescimento do PIB e pelo recente excedente orçamental, no caso da dívida pública". Também a posição líquida de investimento internacional tem melhorias apoiadas pelo expansão do PIB e pelo saldo externo. Todos estes indicadores permanecem elevados, assinala a Comissão, mas é esperado que continuem a tendência de melhoria mesmo com o PIB a abrandar.

No que diz respeito às pressões sobre balanços dos bancos, e sobre as famílias, a Comissão reconhece ainda que "as taxas de juro colocaram alguma pressão sobre as famílias com créditos e que os preços da habitação têm mantido crescimentos fortes há vários anos". Mas, apesar dos sucessivos avisos sobre a perda de acessibilidade da habitação no país, não são assinaladas novas preocupações. ■

MARIA CAETANO

TRABALHO

Governo quer mexer no subsídio para tornar emprego "mais atrativo"

Ministra do Trabalho mostra-se preocupada com quem "ganha mais de subsídio do que se estivesse a trabalhar". E defende possibilidade de acumular salário com subsídio de desemprego, embora não exclua outras mexidas nas regras.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Miguel Baltazar

A ministra do Trabalho remete a definição de quase tudo para a concertação social.

As regras do subsídio de desemprego, que constam de um decreto-lei que não depende do Parlamento, poderão mudar nos próximos tempos. A ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, sinaliza a intenção de as alterar de forma a tornar o cenário de transição para o emprego "mais atrativo".

Num colóquio sobre os vinte anos do Código do Trabalho, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a ministra referiu que o Governo vai "estudar a possibilidade de acumular prestações sociais com rendimentos do trabalho – dentro de certos parâmetros, naturalmente – para evitar algo iníquo que acontece hoje: algumas pessoas preferem ficar no desemprego a receber prestações do que trabalhar porque se trabalharem perdem rendimento".

"O contorno da medida tem de ser estudado", disse depois, aos jornalistas. "Não é a redução das prestações sociais que está aqui em questão. É a possibilidade de acumular as prestações sociais – dentro de certos parâmetros – com rendimentos do trabalho. Como sabem, hoje quando o desempregado começa a trabalhar perde o subsídio de desemprego. Não podemos [deixar] que se torne mais vantajoso permanecer desempregado do que trabalhar".

Em resposta a um jornalista que perguntou se estas situações são assim tão comuns a ministra respondeu afirmativamente. "É relativamente comum nas pessoas que recebem subsídio de desemprego e que são chamadas a prestar trabalho em setores onde a remuneração não é muito alta".

Atualmente, a legislação permite a acumulação com trabalho dependente ou independente, desde que este seja inferior ao valor do subsídio, com a Segurança Social a pagar a diferença para o valor do subsídio acrescido de 35%. No caso dos desempregados de longa duração também existe um programa específico.

Não podemos [deixar] que se torne mais vantajoso permanecer desempregado do que trabalhar.

ROSÁRIO PALMA RAMALHO
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Rosário Palma Ramalho não explicou qual é o rendimento que será acumulável. Questionada, também não afastou a possibilidade de mexidas no conceito de emprego conveniente, que é o que o desempregado subsidiado é obrigado a aceitar, sob pena de perder poder ter o subsídio. "Temos de ver", disse. Atualmente, é considerado conveniente o emprego que, além de outros requisitos, garanta uma remuneração bruta 10% superior ao valor do subsídio.

A ministra referiu que a medida está prevista no Programa do Governo. O documento refere que como o sistema de apoios está estruturado em escalões, um aumento no patamar de rendimento pode implicar a redução ou perda de abono de família, isenção de taxas moderadoras ou tarifas sociais. E prevê a criação de um "suplemento remuneratório solidário" que a ministra não referiu.

À margem do colóquio organizado em homenagem a Pedro Romano Martinez, a governante reiterou a disponibilidade para avançar com alterações ao Código do Trabalho. Mas se no final de maio o gabinete da ministra respondia que tais alterações avançam com o acordo de rendimentos (em vez de esperarem por um segundo ano da legislatura), esta quarta-feira a ministra não foi tão taxativa. "Não temos nenhuma ideia de calendário" disse, remetendo-o para os parceiros sociais.

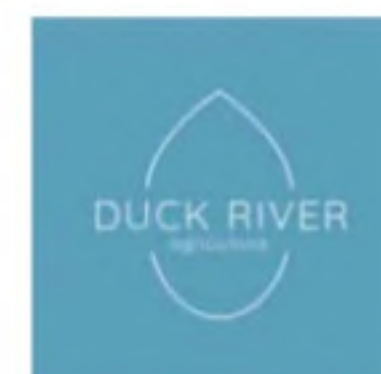
A Confederação Empresarial (CIP) tem pressionado o Executivo a avançar com a revogação das proibições ao "outsourcing", mas a revogação de algumas regras criadas no ano passado pode dificultar um acordo com a UGT.

12ª EDIÇÃO

PRÉMIO NACIONAL AGRICULTURA 2023

O **Prémio Nacional da Agricultura** distingue casos portugueses de sucesso da Agricultura e Agro-Indústria, Florestas e Pecuária. O BPI e a Medialivre agradecem a todos os membros do Júri, aos membros dos Comités Técnicos e à PwC a análise das candidaturas recebidas e a seleção dos premiados.
A todos os que participaram, as maiores felicitações e votos de muito sucesso.

VENCEDOR
Categoria
Inovação de Novos Projetos

DUCK RIVER

A Duck River foi criada em 2019 com o objectivo de se dedicar à produção de amêndoa em zonas agrícolas nacionais de excelência, inseridas nos principais perímetros de rega nacionais.

Entre 2019 e 2023 o Grupo cresceu até aos 3400ha na Beira Baixa e no Alentejo, onde tem vindo a plantar amendoal e olival.

A expansão da área plantada tem sido acompanhada pela contratação de uma equipa jovem, dinâmica e capacitada para enfrentar os desafios da agricultura moderna.

MAIS INFORMAÇÕES
www.premioagricultura.pt

Apoio

Patrocínio

DIREITO FISCAL

Diretiva do IRC mínimo para multinacionais atrasada seis meses

Fiscalistas esperam aumento dos custos com formalidades fiscais e redução da margem de retenção captação de investimento, após a adoção do IRC mínimo para grandes multinacionais.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Com um atraso de seis meses e até já com alertas da Comissão Europeia, Portugal terá de transpor para a legislação nacional a diretiva sobre as novas regras do IRC mínimo de 15%, a aplicar às grandes multinacionais cujas receitas anuais consolidadas excedam os 750 milhões de euros. O atual Governo já fez saber que está a preparar a transposição da diretiva em causa, mas esta iniciativa está longe de ser pacífica. O aumento das formalidades fiscais ou a menor margem de captação e retenção de investimento externo são receios apontados pelos fiscalistas inquiridos pelo Negócios.

Tal como lembra o fiscalista Isaque Ramos, sócio da PLMJ, os Estados-membros teriam de fazer a transposição da Diretiva até 31 de dezembro de 2023, mas Portugal, Espanha, Polónia, Chipre, Letónia e Lituânia não o fizeram. A 23 de maio deste ano, a Comissão Europeia deu a estes países um prazo de dois meses para adotar as medidas necessárias, sob pena de poder instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.

Mas a nível fiscal, que consequências terá esta medida em Portugal? "Do ponto de vista da receita não se antevê grande impacto, dado o reduzido número de empresas abrangidas pela medida a operar no país", enfatiza o sócio da PLMJ. Porém, adianta, aquilo que é esperado é, nomeadamente, que se assista a uma "menor margem de captação e retenção de investimento externo comparativamente a outras jurisdições fiscalmente mais atrativas".

Neste sentido, lembra Samuel Fernandes de Almeida, sócio da MFA Legal, "tendo Portugal diversos benefícios fiscais assentes em deduções à coleta – impactando com a taxa efetiva de IRC paga – o risco de tributação complementar pode ser uma realidade para vários grupos económicos a operar em território nacional".

iStockphoto

Portugal terá de transpor para a legislação nacional a diretiva sobre as novas regras do IRC mínimo de 15%.

Portugal, Espanha, Polónia, Chipre, Letónia e Lituânia ainda não colocaram a diretiva nos seus ordenamentos legais.

Outro aspeto que este advogado aponta é que que importa aferir "em que termos Portugal irá transpor a Diretiva", pois "a mesma tem impactos significativos em termos de sistemas, apuramento da taxa efetiva de tributação por país, 'reporting' consolidado das declarações financeiras, obrigações acessórias perante a Autoridade Tributária e estratégias de investimento das multinacionais".

No mesmo sentido, António Gaspar Schwalbach, sócio da Pares Advogados, considera que "para as entidades abrangidas, as principais consequências desta medida estão relacionadas com os custos de contexto associados à necessidade de compreender e assimilar as novas regras e obrigações declarativas".

Tal como sublinha, "este trabalho será mais intenso para os grupos de controlo nacional, que terão de analisar a informação produzida pelas suas subsidiárias a nível global e, em última instância, assegurar o pagamento do imposto mínimo". Isto, segundo adianta, "por oposição às filiais nacionais de grupos internacionais, que terão uma função de retaguarda, ao limitar-se a fazer a análise da sua posição em território nacional".

Francisco Cabral Matos, sócio responsável pela área de Fiscal da VdA, considera, por seu turno, que

Harmonização fiscal é possível, mas difícil de concretizar

aquilo que mais surpreende com esta medida é "a desproporção entre a complexidade do mecanismo e o diminuto efeito que se estima, ao nível da receita fiscal". Na sua perspetiva, "o efeito mais imediato será o aumento das formalidades fiscais a cumprir e, por conseguinte, dos custos de cumprimento das empresas".

No médio prazo, adianta o mesmo advogado, "antecipa-se mais contencioso fiscal, especialmente porque a Diretiva assenta numa fórmula de cálculo da carga fiscal nova, que se afasta das atuais regras de apuramento do IRC".

Na perspetiva de Mariana Gouveia de Oliveira, sócia da Abreu Advogados, os impactos da medida em análise para Portugal poderão verificar-se, nomeadamente, com a perda de atratividade de alguns regimes fiscais especiais aplicáveis ao país, "como o regime de 'patent box', a taxa de IRC aplicável na Região Autónoma da Madeira (hoje em 14.7%, no regime geral), os quais poderão ser neutralizados pela aplicação deste mecanismo noutra jurisdição, seja europeia ou de um Estado-membro da OCDE que aplique as regras do pilar dois". ■

IRC mínimo de 15%, para multinacionais cujas receitas anuais consolidadas excedam os 750 milhões de euros.

Haverá condições para harmonizar na União Europeia a medida fiscal do IRC mínimo de 15% sobre as grandes multinacionais? Os advogados inquiridos pelo Negócios admitem que sim, mas deixam alertas para a aplicação da direita europeia que consagra a medida.

António Gaspar Schwalbach, fiscalista e sócio da Pares Advogados considera que é importante sublinhar que a origem desta tributação mínima não decorre da União Europeia (UE), mas antes de um acordo histórico celebrado no âmbito da OCDE, por 140 países. Embora admita que todos os Estados-membros da UE transponham a diretiva, tem dúvidas de tal venha a suceder noutras geografias. "Sem prejuízo de outros exemplos, pense-se nas futuras eleições dos Estados Unidos", aponta este advogado.

Manuel André Martins, advogado da Abreu, realça que, no plano jurídico, "existem condições para que os países da UE implementem as medidas". No entanto, adianta "tratando-se de um regime complexo, a harmonização não será tão suave como noutros casos".

Já Isaque Ramos, sócio da PLMJ, enfatiza que, "ultrapassado o desafio da transposição em termos adequados face à Diretiva, haverá que estar atento às administrações fiscais de cada país, pois são estas que, procedendo à aplicação prática das normas, poderão ditar o sucesso ou insucesso da medida".

Para Samuel Fernandes de Almeida, sócio da MFA Legal, "não se trata de harmonizar os sistemas fiscais na UE – para tal serviria uma base tributável comum consolidada que nunca foi adotada –, mas sim minimizar políticas de atração de investimento por via de regimes de fiscalidade privilegiada". Tal como adianta, "os Estados mantêm a sua soberania, mas este conjunto de regras constituirá um desincentivo a tais práticas".

Francisco Cabral Matos, sócio responsável pela área de Fiscal da VdA, admite que, "no longo prazo, a Diretiva levará a uma harmonização da tributação (especialmente nos países que aplicam hoje uma taxa inferior a 15%), porque, de outro modo, poderão estar a transferir receita fiscal para outros Estados-membros". Contudo, adianta "este objetivo seria facilmente atingível por via da harmonização das regras sobre tributação das empresas", o que não agrega ainda o consenso necessário para ser aprovado". ■

Tendo Portugal diversos benefícios fiscais assentes em deduções à coleta o risco de tributação complementar pode ser uma realidade.

SAMUEL F. ALMEIDA
Fiscalista, sócio fundador da MFA Legal

Do ponto de vista da receita não se antevê grande impacto dado o reduzido número de empresas abrangidas pela medida a operar em Portugal.

ISAQUE RAMOS
Sócio coordenador da área de Fiscal da PLMJ

A implementação das novas regras implicará sempre uma necessidade de adaptação das políticas fiscais dos grupos multinacionais.

MARIANA G. OLIVEIRA
Sócia contratada da Abreu Advogados

O efeito mais imediato será o aumento das formalidades fiscais a cumprir e dos custos para as empresas.

FRANCISCO C. MATOS
Sócio responsável pela área de Fiscal da VdA

OPINIÃO

LEONARDO MARQUES DOS SANTOS
Sócio da Miranda & Associados

Migração, imigração e Segurança Social

Nos últimos tempos têm-se intensificado as discussões sobre migrantes e imigrantes e sobre as vantagens e desvantagens de abrir mais ou menos as nossas fronteiras. Este contexto, bem como a chegada do verão e a sazonalidade de algumas ocupações, as obras públicas de relevo que se vislumbram no horizonte, mas também a alteração de alguns dos paradigmas que marcaram, no passado, as relações laborais, parecem bons motes para repensar se o nosso sistema de Segurança Social está preparado para os tempos que se avizinham.

Deixando de lado o tema da sustentabilidade que, de resto, me parece preocupante, há matérias que têm sido deixadas à margem de algumas discussões sobre competitividade e que importa recuperar. Se olharmos ao encargo global suportado, em sede de Segurança Social, com um empregado (mais ou menos qualificado) ou com um gerente ou administrador, verificamos que este, em regra, ascende a 34,75%. Desta percentagem global, 23,75% serão encargo do empregador e 11% do empregado. Isto significa que, para um empregado receber um salário mensal bruto de 1.500 euros (valor aproximado do salário médio em Portugal), e olhando apenas à Segurança Social, o empregador terá de despender mais de 1.800 euros.

Naturalmente, o montante pago será sujeito a retenções na fonte em sede de Segurança Social e de IRS, o que levará a que o mesmo salário mensal bruto de 1.500 euros – que custa ao empregador mais de 1.800 euros – resulte em pouco mais de 1.100 euros, líquidos para o empregado. Olhando à situação das sociedades familiares, que abundam no nosso país, a repartição entre os encargos suportados pelo empregador e pelo empregado, revela muitas vezes uma transferência do "bolso direito, para o bolso esquerdo", já que a riqueza acaba por pertencer às mesmas pessoas.

Istockphoto

Ora, estes valores, por si só, já merecem alguma ponderação. Mas, se olharmos às medidas de atração de talento para Portugal (o revogado RNH, o incentivo fiscal à investigação científica e inovação, ou o próprio programa regressar), verificamos que estas se focam, sobretudo, no IRS. Dito de outra forma, raramente a Segurança Social tem sido um fator a considerar nas políticas públicas de atração de talento e de investimento.

> **O sistema nacional de Segurança Social não está ainda devidamente adaptado ao contexto de extrema mobilidade que atualmente caracteriza as relações laborais.**

Por outro lado, a Segurança Social não parece bem-adaptada ao atual contexto de trabalho remoto ou de nomadismo digital. Em muitas situações, a conexão dos trabalhadores com Portugal é, nestes casos, breve e meramente incidental. Alguns destes trabalhadores não procuram proteção social em Portugal, não preveem ficar em Portugal durante muito tempo e não estão a fazer um investimento nas suas futuras reformas neste país.

Repare-se ainda que, sem prejuízo de no seio da União Europeia existir legislação que procura limitar os pagamentos contributivos a apenas um Estado, basta comparar os cerca de 80 Acordos para Eliminar a Dupla Tributação celebrados por Portugal em matéria de impostos sobre o rendimento, com menos de 30 Acordos sobre Segurança Social, para antever a diferença no investimento que tem sido feito no sentido de internacionalizar as relações contributivas.

Parece-me, assim, que o sistema nacional de Segurança Social não está ainda devidamente adaptado ao contexto de extrema mobilidade que atualmente caracteriza as relações laborais. Deixo a questão: não valerá a pena encetar uma reflexão séria entre os modelos contributivos e o atual contexto das relações laborais? ■

C·STUDIO

C-Studio é a marca que representa a área de Conteúdos Patrocinados.
É o local onde as marcas podem contar as suas histórias e experiências.
Faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 5264, de 20 de junho de 2024,
e não pode ser vendido separadamente.

Leite português aposta na sustentabilidade

Indústria e produtores avançam com agenda mobilizadora para a sustentabilidade. Iniciativas já em curso apostam na inovação, tecnologia e certificação. Responsáveis sublinharam importância do setor para a economia e território, e o valor do leite como alimento saudável.

Lactogal lança agenda mobilizadora para a sustentabilidade

Agenda apresentada em evento assenta em três pilares: produção sustentável, gestão responsável e alimentação saudável. Empresa aposta na inovação, tecnologia e certificação para fazer avançar a sustentabilidade do setor.

A sustentabilidade é atualmente uma questão fundamental para a produção de leite em Portugal. Um tema mobilizador que reuniu produtores, industriais, responsáveis associativos, políticos e académicos numa conferência promovida pela Lactogal, e que teve lugar no Dia Mundial do Ambiente.

O motivo imediato foi a apresentação, pela Lactogal, de uma Agenda Mobilizadora para a Produção de Leite Sustentável em Portugal. Mas o objetivo final é mobilizar os produtores e avançar num caminho que garanta o futuro de um setor fundamental para a economia nacional. Esta é uma indústria que fixa pessoas no território e cuida da paisagem, mas que perdeu 75% dos produtores nos últimos 12 anos. Atualmente, Portugal tem 3.500 produtores de leite, que são responsáveis por 10% da produção agrícola, e que alimentam mais de 11 mil postos de trabalho.

A importância estratégica do setor foi sublinhada na intervenção de abertura da conferência, feita por José Capela, presidente do conselho de administração da Lactogal. Para o responsável máximo da empresa, "a produção leiteira é um dos pilares da agricultura nacional, fonte de receita para milhares de agricultores e empresas, sejam eles de pequenas explorações familiares ou de grandes explorações, associadas em cooperativas, ou atuando isoladamente", afirmou.

Neste contexto, assume José Capela, "a indústria de laticínios é a principal impulsionadora da geração de valor do setor leiteiro". Não só porque "disponibiliza aos consumidores uma diversificada oferta de produtos, baseados no leite, e essenciais a um adequado e completo equilíbrio nutricional", mas também porque "promove e investe na inovação e na investigação e desenvolvimento, e lidera a agenda de sustentabilidade económica e ambiental do setor", afirma este responsável.

José Capela, presidente do conselho de administração da Lactogal

Leite promove coesão territorial

Um setor que, segundo José Capela, promove a coesão territorial e a sustentabilidade rural, mantém atividades agrícolas em áreas remotas e representa um importante pilar do combate à desertificação das zonas rurais e do interior do país, contribuindo para a organização e limpeza dos solos e para a preservação das paisagens. Sendo de referir "o contributo para a autossuficiência alimentar nacional e para as exportações". Como fez notar o presidente da Lactogal, que é a maior empresa agroalimentar portuguesa e o maior grupo lácteo ibérico: "A indústria em Portugal tem-se destacado na exportação e na internacionalização e é um setor alinhado com uma visão de um futuro sustentável", afirmou na sua intervenção.

Anunciada agenda com três pilares

Para concretizar este alinhamento e avançar na sustentabilidade, a Lactogal definiu, e apresentou pela primeira vez, uma agenda mobilizadora, incorporada na estratégia da empresa e alicerçada em princípios ESG (ambiente, social e governação). Uma agenda que, segundo José Capela, está assente em três pilares estratégicos.

Um primeiro pilar, explica, "focado na produção de leite e nos impactos a ela associados, que visa garantir que a produção de leite é realizada de uma forma sustentável, promovendo o bem-estar animal, a preservação da biodiversidade e ambicionando alcançar a neutralidade carbónica". O segundo pilar "abrange uma melhor gestão dos recursos como a água e a energia, a promoção da economia circular e a gestão da cadeia de fornecedores bem como a garantia de práticas laborais justas e seguras". Finalmente, mas não menos importante, um terceiro pilar dedicado "ao desenvolvimento de produtos saudáveis, focados na nutrição e saúde, garantindo uma alimentação com elevados padrões de qualidade, segura e acessível a todos", explicou José Capela.

Governo quer valorizar setor

João Moura, secretário de Estado da Agricultura, levou para a conferência uma mensagem de mudança política no sentido da valorização do setor leiteiro e da agricultura nacional, que considerou "um exemplo e um motivo de orgulho nacional". Notando que o setor "produz dentro de um bloco mundial onde se faz o melhor do mundo com as regras mais exigentes do mundo", o responsável político não deixou de observar que, sendo esse facto um motivo de satisfação, "sujeita os produtores e agricultores a condições rigorosas, tantas vezes em situação desigual face a outros produtores mundiais".

Para João Moura, o setor tem sido desvalorizado politicamente, e mesmo denegrido em termos sociais, e afirmou o empenho do Governo em reverter essa situação. Uma ação que vai ser promovida "em estreita cooperação com todos os outros ministérios e com o impulso do primeiro-ministro" no sentido não só de valorizar o setor, mas de facilitar a sua atividade. Neste contexto, o governante prometeu um novo olhar sobre a aplicação das regras e diretivas europeias, que por vezes não tem em consideração as especificidades da agricultura portuguesa.

Inovação e tecnologia reduzem pegada ecológica

Lactogal concretiza política de sustentabilidade com iniciativas apontadas à valorização de recursos, poupança de matérias-primas e transição energética. Bem-estar animal chega a 100% das explorações.

Carlos Soares, Planeamento Estratégico da Lactogal

Como avançar na sustentabilidade é uma questão fundamental para um setor que representa 14% da indústria alimentar e que enfrenta importantes desafios ao nível do consumo e da concorrência, a agenda mobilizadora apresentada neste evento assumiu-se como um caminho de futuro para a afirmação e progresso do setor do leite em Portugal.

Um caminho que se materializa com iniciativas dirigidas a temáticas como o bem-estar animal; eficiência energética; uso sustentável da água; e redução de emissões e gestão de resíduos. Iniciativas que se baseiam na aplicação de tecnologia e inovação para encontrar soluções. Nesta conferência, a apresentação das iniciativas que a Lactogal tem em curso com o objetivo de fazer avançar a sua sustentabilidade ambiental ficou a cargo de Carlos Soares, coordenador do Planeamento Estratégico da empresa. Este responsável começou por sublinhar que a fundação da própria Lactogal em 1996 surgiu como uma resposta inovadora aos desafios que a entrada de Portugal na União Europeia colocava à produção sustentável de leite. Atualmente, novos desafios, igualmente exigentes, se colocam ao setor. As respostas são múltiplas e endereçam diversas questões, sempre aplicando inovação e tecnologia.

Na área ambiental, a Lactogal tem-se empenhado, por exemplo, na valorização dos resíduos. "Como parte de um esforço de valorização de todas as matérias-primas que nos entram nas instalações", explica Carlos Soares. Neste contexto, a Lactogal tem bons exemplos nos projetos de valorização das lamas do tratamento de efluentes, que são, através de uma parceria, transformadas em fertilizante. E no tratamento do soro da produção de queijo e sua transformação num subproduto útil para a indústria alimentar e para a alimentação animal.

Poupar na água e cortar nas emissões

A questão ambiental estende-se igualmente às iniciativas para poupar recursos. Um esforço que inclui o ecodesign das embalagens, que poupa matéria-prima sem comprometer a segurança alimentar. Nesta vertente, a poupança e a valorização são particularmente importantes dada a escassez de água em algumas zonas durante o verão. Com recurso a um parceiro, a Lactogal consegue recuperar e refinar efluentes de dois processos produtivos tornando-os em água utilizável para alguns fins industriais, mitigando a escassez de água e "tornando dois problemas numa vantagem", como afirma Carlos Soares.

Olhando para a transição energética, a Lactogal está a apostar na utilização de energia solar na Plataforma Logística de Frielas e está a renovar a frota com viaturas elétricas. Noutra frente, a utilização de bombas de calor e de caldeiras de biomassa está a ajudar a reduzir as emissões resultantes do uso de gás natural. Nesta área, cabem igualmente medidas para aumentar a eficiência no transporte de produtos e de matérias-primas por estrada.

Além da sustentabilidade ambiental da empresa, o coordenador de Planeamento Estratégico salientou o trabalho conjunto com acionistas e produtores para medir e certificar o bem-estar animal usando o protocolo Welfare Quality. Uma certificação que obedece a critérios científicos e que todas as explorações que entregam leite à Lactogal cumprem. Essas explorações são auditadas pela Lactogal todos os anos e uma amostra é auditada por uma entidade externa à Lactogal. "Hoje é um orgulho dizer que 100% das explorações que nos entregam leite são certificadas em bem-estar animal."

> **Hoje é um orgulho dizer que 100% das explorações que nos entregam leite são certificadas em bem-estar animal.**
>
> **CARLOS SOARES**
> coordenador do Planeamento Estratégico da Lactogal

O planeta certificado do leite sustentável

Em 2021, a Lactogal conduziu um projeto que calculou que só 5% da sua pegada carbónica era de âmbito um e dois (grosso modo as emissões que resultam da queima de combustíveis fósseis e da utilização de energia elétrica não renovável, na sua atividade). Os outros 95% estavam relacionados com a sua cadeia de valor, ou seja, com as matérias-primas que a empresa compra e com os produtos que vende.

Destas emissões, 92% estão no leite adquirido pela Lactogal. Foi da necessidade de medir, e, sobretudo, de reduzir estas emissões em cada exploração que nasceu o projeto Planeta Leite, que foi apresentado nesta conferência por Henrique Trindade, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Ana Sofia Santos, diretora de Ciência e Inovação da FeedInov. Esta responsável pelo projeto colocou as emissões da agricultura e da pecuária em perspetiva ao afirmar que 12% das emissões globais são do setor agrícola, e destas 70% são da pecuária, ou seja, o setor pecuário é responsável por apenas 8% das emissões globais. No caso português tem-se verificado, inclusivamente, uma diminuição do efetivo bovino e das emissões, mas acompanhado do crescimento da produção de leite, o que sublinha o esforço do setor para ser mais eficiente. Para Ana Sofia Santos, "nos últimos 20 anos o setor leiteiro trabalhou excecionalmente bem, fruto de inovação, de desenvolvimento, de uma preocupação de ser cada vez melhor na sua atividade".

Piloto arranca com 39 explorações Lactogal

Coube a Henrique Trindade explicar os objetivos do projeto Planeta Leite, que irá decorrer nos próximos anos: "O projeto irá recolher de forma detalhada a informação disponível sobre todas as atividades e práticas nas explorações." Com essa informação, vão partir para "soluções e métodos para uma gestão dos recursos mais eficiente e para a redução das emissões nas explorações", conta. Numa primeira fase o projeto irá decorrer em 39 explorações muito diferentes entre si, permitindo desenvolver e testar a metodologia, processos e ferramentas em circunstâncias muito diversas. Em função da evolução do projeto, a ideia será alargar o projeto a todas as mil explorações que entregam leite à Lactogal.

Um problema de comunicação

Painel de debate abordou desafios para o futuro num contexto de quebra de consumo. O leite tem um problema de comunicação. Impacto positivo no território e historial de inovação foram sublinhados.

Arlindo Cunha, ex-ministro da Agricultura, Idalino Leão, presidente do conselho de administração da Agros, Gonçalo Lobo Xavier, diretor-geral da APED, e Emídio Gomes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, participaram no debate

Quais são os principais desafios para o setor do leite em Portugal e como superá-los? Foi à volta desta temática que foram ensaiadas respostas para estas e outras questões que dominam o futuro do setor. Para este debate estiveram presentes num painel o ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha; Idalino Leão, presidente do conselho de administração da Agros, Gonçalo Lobo Xavier, diretor-geral da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), e Emídio Gomes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Para Arlindo Cunha existe claramente um problema de comunicação sobre este setor. Uma indústria que, na sua opinião, "tem evoluído, historicamente, de uma forma fabulosa, para conseguir continuar a alimentar a humanidade, com qualidade, em especial nas últimas décadas, em que a evolução tecnológica tem sido vertiginosa". Embora reconhecendo que a atividade tem impactos negativos, o ex-ministro afirma que os impactos positivos não são conhecidos ou valorizados pela sociedade que considera estar "desenraizada do território e da alimentação". Na sua opinião, as pessoas querem comer bem e barato sem reconhecer o esforço que é feito pelo setor para viabilizar essas necessidades.

A comunicação do setor é também um problema para Idalino Leão, que sublinha as qualidades o leite que é produzido em Portugal, que considera estarem esquecidas e mesmo desvalorizadas por influência de campanhas desleais e de um entendimento superficial do que é uma alimentação saudável. Para o presidente da Agros, vivemos num bloco onde se produz a alimentação mais segura, mais saudável e rastreada do mundo. "Temos uma dieta tradicional mediterrânica que é Património Imaterial da UNESCO e noções de nutrição, como a roda dos alimentos, que incluem leite e laticínios, e que continuam válidas como base de uma alimentação equilibrada e saudável." Para Idalino Leão, estamos "numa luta pelo estômago das pessoas." "Quem nos ataca quer ficar com o nosso lugar", atira.

> **Temos uma dieta tradicional mediterrânica que é Património Imaterial da UNESCO e noções de nutrição, como a roda dos alimentos, que incluem leite e laticínios como base de uma alimentação equilibrada e saudável.**

IDALINO LEÃO
presidente do conselho de administração da Agros

Para o reitor Emídio Gomes, a solução para as quebras de consumo e as ameaças concorrenciais está na transferência de conhecimento e atualização do setor que é "o oxigénio da inovação". Não é algo de novo, "é algo que tem vindo a fazer evoluir o setor desde, pelo menos, que existe a Lactogal, uma empresa que pôs em prática numerosas inovações no setor", recordou. E será também pela inovação, com projetos como o Planeta Leite, que o setor irá superar os atuais problemas, afirma.

Quebras no consumo

Para o representante das empresas de distribuição, a quebra no consumo de leite no retalho é real, mas este continua a ser um produto-âncora em qualquer loja. Para Gonçalo Lobo Xavier, existe muita contrainformação sobre o consumo de leite e os benefícios que traz à saúde. "E isto tem de ser desmentido, o setor tem de contra-atacar e comunicar como está a fazer agora nesta iniciativa." O presidente da APED conta que, recentemente, esteve num evento da banca. Agora está num evento de outra área e vê "um setor tradicional com problemas não muito diferentes de outros setores, que já fez um caminho de modernização e inovação e que compara muito bem nos seus esforços de sustentabilidade", referiu.

Na fase final do debate houve tempo para analisar o contexto em que o setor opera, desde a relativa desvalorização da atividade pelos governos, não só pelo Ministério da Agricultura, mas pela Educação, pela Saúde, pela Coesão Territorial, e pelo Ambiente, até às dificuldades impostas pela regulamentação da União Europeia no contexto da transição ambiental. Existe até, segundo Arlindo Cunha, uma nova ortodoxia que contrapõe o vegetal ao animal e a agricultura intensiva a outros tipos de agricultura, como se não fossem realidades complementares e que são mais ou menos positivas conforme a forma e os ambientes em que são implementadas.

Para Emídio Gomes, também as questões de fixação e equilíbrio territorial continuam a não ser tratadas da forma que merecem, valorizando o contributo da pecuária. O futuro é um enorme desafio, não só face ao envelhecimento da classe de agricultores, sublinhada por Arlindo Cunha, mas também pela concorrência de novos produtos, pela necessidade de cativar e comunicar com consumidores com necessidades diferentes, como salientou Gonçalo Lobo Xavier.

Para este responsável, o caminho passa pela inovação e resiliência do setor. A que Emídio Gomes acrescentou o investimento no território e Idalino Leão, a questão da renovação geracional. Para Arlindo Cunha a questão-chave, a acrescentar a todas as outras, é a comunicação. Que foi, no final de contas aquilo que o setor fez nesta conferência promovida pela Lactogal. Comunicar o leite como um produto saudável, indispensável a alimentação e a um território equilibrado, agora lançado num processo de inovação para a sustentabilidade.

BREVES

INTERNACIONALIZAÇÃO

MELO ALVES FAZ ACORDO COM FIRMA DE MACAU

A sociedade Melo Alves assinou um acordo de cooperação em Macau com a LS Advogados, formalizado por Jorge Chang, sócio da firma portuguesa e responsável pela Asian Desk, e por Liu Xiaocui e Song Xiaoyong, dois sócios do escritório macaense. As duas partes vão assegurar a prestação serviços de apoio jurídico, trocarão informações e documentos jurídicos e realizarão intercâmbios comerciais no domínio das profissões jurídicas entre os dois locais. Segundo fonte oficial da Melo Alves, o objetivo da assinatura deste acordo é fortalecer a parceria já existente e melhorar a oferta de serviços aos clientes. ■

STARTUPS

CUATRECASAS DÁ APOIO EM RONDA DE INVESTIMENTO

A Cuatrecasas assessorou juridicamente a startup portuguesa detentora da aplicação Oscar, a operar na área dos multisserviços domésticos, numa ronda de investimento que juntou seis milhões de euros e que servirá para impulsionar a expansão internacional. A equipa da Cuatrecasas envolvida na assessoria jurídica foi coordenada pelos advogados da área de societário e fusões e aquisições Vasco Bivar de Azevedo e Pedro Sousa Gonçalves, especializados em Venture Capital, integrando ainda advogada Sofia Marques de Aguiar. A detentora da aplicação Oscar nasceu em 2019 e assegura mais de 150 serviços de manutenção, limpeza, lavandaria e beleza a preço fixo. ■

RECURSOS HUMANOS I

TELLES REFORÇA EQUIPA NA ÁREA DE DIREITO FISCAL

Os advogados Vasco Simões e Mariana Leite da Silva são os mais recentes associados da área de Fiscal da Telles, cuja coordenação está a cargo de Miguel Torres, sócio e "chairman" desta sociedade. Vasco Simões conta com nove anos de experiência em fiscal, esteve envolvido em processos de expansão internacional de multinacionais para novos mercados, consultoria, estruturação de transações, fusões e aquisições ou reorganizações societárias. Já Mariana Leite da Silva tem prestado assessoria regular a clientes nacionais e internacionais de diversos setores, tendo colaborado anteriormente com uma sociedade boutique de direito fiscal. ■

RECURSOS HUMANOS II

CEREJEIRA NAMORA FAZ CONTRATAÇÃO EM LABORAL

A advogada Marta Silva é o mais recente da sociedade Cerejeira Namora-Marinho Falcão, para cocoordenara da equipa de Direito do Trabalho. Com uma vasta experiência na área de laboral, Marta Silva destacou-se no setor, nomeadamente após mais de 18 anos na PLMJ e, mais recentemente, na Vieira de Almeida, de onde transita. A advogada tem experiência em diversas áreas do Direito do Trabalho, nomeadamente em contratação de trabalhadores, políticas remuneratórias e benefícios, organização do tempo de trabalho, cessação de contratos de trabalho, reestruturações empresariais ou auditorias laborais. ■

RECURSOS HUMANOS III

GPA PROMOVE TRÊS ADVOGADOS A SÓCIOS

A sociedade Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados (GPA) reforçou o seu núcleo de sócios com a promoção a esse estatuto dos advogados Anabela Caetano, Inês Gomes Ferreira e Manuel Gouveia Pereira. Anabela Caetano é a sócia responsável pela área de Fiscal, Inês Gomes Ferreira tem a seu cargo o grupo de societário e "governance", enquanto Manuel Gouveia Pereira responde pelas áreas de ambiente, clima e Direito Público. Para a "managing partner" da GPA, Sofia Gouveia Pereira, "estas nomeações são expressão da aposta da sociedade nas áreas que considera estratégicas para os seus clientes e têm em vista o crescimento e reforço de competências". ■

KRISTIAN RUBY SECRETÁRIO-GERAL DA EURELECTRIC

"Rede dos anos 80 não pode ser espinha dorsal do futuro"

Para o secretário-geral da Eurelectric, Kristian Ruby, redes elétricas envelhecidas e sem capacidade são o principal obstáculo face à vontade de mais de 100 países de triplicar as renováveis até ao final da década.

D.R.

Kristian Ruby, líder da associação que representa as elétricas europeias, sublinha que os novos pedidos de ligação à rede estão a multiplicar-se.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Depois de um disparo nas renováveis em 2023, o secretário-geral da Eurelectric, Kristian Ruby, acredita que será possível cumprir a meta já assumida pelos governos de mais de 100 países: triplicar as energias limpas até 2030. Isto apesar de reconhecer que se trata de um "objetivo muito ambicioso", que enfrenta na Europa "desafios práticos em termos de concretização". Sobretudo ao nível das redes elétricas, que além de envelhecidas não têm capacidade para suportar a atual "corrida ao ouro" a que se assiste nas renováveis.

"Com as metas da descarbonização, assistimos a um afluxo maciço de nova energia renovável ao sistema e novos pedidos de ligação. Em muitos locais, as filas de espera aumentaram até 10 vezes mais", disse o responsável da entidade que dá voz às elétricas europeias (EDP incluída) em entrevista ao Negócios, numa passagem recente por Lisboa. Ruby dá exemplos concretos: na Bulgária, os pedidos de conexão à rede multiplicaram-se por oito e no Reino Unido há 700 gigawatts (GW) em fila de espera, quando a rede só suporta 100 GW.

Na sua visão, as redes são o principal obstáculo face à vontade de triplicar as renováveis até ao fim da década, "uma ambição política que foi definida com bastante firmeza". No entanto, este aumento do lado da oferta de energia limpa choca de frente com uma estabilização (ou até mesmo declínio) na procura por eletricidade, causada pela crise energética, os preços-recorde de 2022 e a consequente desindustrialização da Europa. "Isto significa que os preços da energia estão em queda, o que torna o negócio das empresas elétricas europeias mais difícil", diz Ruby.

O representante do setor sublinha que outra grande razão para a necessidade de investir em força nas redes elétricas – numa ordem de grandeza de 67 mil milhões de euros por ano – prende-se com o facto de as infraestruturas estarem a envelhecer. "Mais de 30% de todas as redes de distribuição na Eu-

> **Mais de 30% de todas as redes de distribuição na Europa têm mais de 40 anos.**
> KRISTIAN RUBY
> Secretário-geral da Eurelectric

ropa têm mais de 40 anos. Uma infraestrutura da década de 1980 não pode ser a espinha dorsal do sistema energético do século XXI", explica. Este será um sistema "muito mais elétrico e complexo, com muitas renováveis, muitos carros elétricos e bombas de calor".

Em Portugal, a idade das linhas de transporte de eletricidade da REN situa-se entre os 25 e os 30 anos. No que diz respeito à rede de distribuição elétrica, da E-Redes, a média ronda os 32 a 34 anos.

Por isso mesmo, defende, uma parte muito substancial das necessidades de investimento está diretamente relacionada com a modernização e o reforço da rede. Questionado sobre se é viável investir 67 mil milhões por ano, Ruby diz que "por um lado é muito dinheiro, mas por outro talvez não seja assim tanto, tendo em conta que em 2023 a Europa importou 451 mil milhões de euros de combustíveis fósseis", sete vezes mais. "É o preço da mudança para um sistema mais limpo e um mundo descarbonizado, o preço a pagar pela eficiência energética e segurança da Europa".

Em Portugal, o investimento previsto para a rede de distribuição (da E-Redes), entre 2023 e 2025, ascende a 550 milhões de euros, estando previsto que a capacidade aumente até quase 7 GW. O que está limitado, no entanto, à capacidade disponível na rede de transporte, que é operada pela REN - Redes Energéticas Nacionais.

UE deve financiar expansão das redes

Quanto à origem do investimento, o responsável aponta para Bruxelas, dizendo que "a UE pode desempenhar um papel importante", através de subvenções públicas. "Apelamos à Comissão Europeia para que aumente significativamente o financiamento das redes de distribuição. Atualmente, não gostam de o fazer porque dizem que cabe a cada Estado-membro, mas a a transição energética é transfronteiriça".

Outro problema que identifica é a necessidade de evitar que os enormes custos com a expansão das redes recaiam direta e imediatamente sobre os atuais consumidores. "Sabemos que queremos passar para um mundo elétrico, por isso temos de fazer as obras já a pensar no longo prazo. Mas se colocarmos todo o custo desses investimentos na fatura atual, a eletricidade torna-se cara e as pessoas viram-se para o gás", alerta, avançando com a solução de "criar mecanismos que distribuam o preço das redes ao longo do tempo", para as gerações futuras. "É um tema sensível, sem dúvida", reconhece.

Com um Parlamento Europeu recém-eleito, Ruby apela aos novos decisores políticos para que continuem a executar o Green Deal, que foi "cuidadosamente negociado nos últimos cinco anos". "Há que implementar a reforma do mercado elétrico e garantir que as coisas acontecem no terreno. Poderá ser preciso fazer alguns ajustes, mas não queremos que mudem as regras drasticamente. Precisamos de certeza e clareza para trabalhar", remata. ■

34
IDADE DAS REDES
Em Portugal, a idade das redes de distribuição de eletricidade anda entre os 32 e os 34 anos.

PERGUNTAS A KRISTIAN RUBY
Secretário-geral da Eurelectric

"O nuclear não faz sentido" para Portugal, Alemanha e Dinamarca

Kristian Ruby, secretário-geral da Eurelectric, entende que para a União Europeia conseguir ser neutra daqui a 25 anos "temos de aceitar as diferenças energéticas entre os países e as escolhas feitas no passado". Energia atómica incluída, defende. No total, a União Europeia conta atualmente com quase 99 GW de capacidade nuclear.

Há quem diga que as renováveis não chegarão para descarbonizar o setor elétrico. O nuclear é uma opção?

A Europa é constituída por 27 Estados-membros muito diferentes entre si e que fizeram escolhas diferentes no passado, no que diz respeito à energia. Os países que já têm nuclear devem aumentar a capacidade instalada. São eles a França, Suécia, Finlândia, Bulgária, Hungria, Roménia, República Checa, Eslováquia, entre outros. Além disso, um ou dois Estados-membros que ainda não têm esta energia irão ainda construir centrais, como a Polónia e os Países Baixos. Depois, há países como Portugal, Dinamarca ou Alemanha, que optarão pela via renovável, suportada pelo gás natural. Para estes, o nuclear não faz sentido porque representa um custo adicional demasiado grande. No entanto, temos de aceitar que existem diferentes formas de atingir o objetivo e que essa diversidade, em alguns casos, pode até ser um ponto forte.

O que quer dizer com isso?

Durante a crise energética, quando a Rússia estava a manipular o nosso sistema energético e a reter o fornecimento de gás, aconteceram duas coisas muito invulgares. Uma foi o facto de a capacidade nuclear de França estar em dificuldades, pelo que o país começou a importar eletricidade da Alemanha. Por seu lado, a Alemanha não recebia gás da Rússia e foi buscá-lo a França. Isto mostra-nos que, mesmo com fortes divergências, é possível trabalhar em conjunto. Estas combinações de energia podem ser um ponto forte numa situação de crise. É saudável que os Estados-membros tenham autonomia sobre o seu cabaz energético, desde que cumpram os objetivos climáticos e os objetivos da União Europeia em matéria de energias renováveis e eficiência.

> **"É saudável que os Estados-membros tenham autonomia sobre o seu cabaz energético, desde que cumpram os objetivos climáticos e os objetivos da UE em matéria de energias renováveis e eficiência."**

Como serão as centrais nucleares do futuro?

É preciso ter a certeza de que serão muito seguras, porque a opinião pública não favorece a energia nuclear. Fala-se nos pequenos reatores modulares mas neste momento não vemos muita coisa a acontecer em termos de decisões finais de investimento. Ainda assim, em 2035 poderá haver entre um e cinco gigawatts instalados na Europa. Mas esta tecnologia ainda não evoluiu, como o solar, por exemplo. Os planos para as energias renováveis consistem em instalar pelo menos 100 gigawatts por ano. ■

CONSTRUÇÃO

Obras aceleram acima de parceiros da UE, mas "repor casas será lento"

Portugal teve em abril a terceira maior subida mensal de produção no setor desde junho passado. Crescimentos têm sido superiores à generalidade dos países europeus no início deste ano, mas a APEMIP põe água na fervura, porque a falta de casas vai demorar a ser resolvida.

Lisi Niesner/Reuters

A construção em Portugal ten crescido a um ritmo mais elevado do que na generalidade da UE.

> **É preciso ter em conta que a reposição de casas é extremamente lenta. O efeito concreto de algum incremento construtivo será percecionado só daqui a algum tempo.**
>
> **É importante que seja feita uma caracterização detalhada do parque imobiliário nacional, o que está ainda por fazer.**
>
> PAULO CAIADO
> Presidente da APEMIP

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Salvo um tímido crescimento em março, a produção na construção em Portugal tem seguido a bom ritmo ao longo do último ano – e sempre acima da média europeia. Só que os dados divulgados esta quarta-feira pelo Eurostat mostram que abril foi ainda melhor: com uma subida de 6,8% face ao período homólogo (o que compara com uma quebra de 0,9% na União Europeia), é necessário recuar a junho do ano passado para encontrar um crescimento mensal mais expressivo, na altura de 7,3%.

Também na comparação europeia esse mês serve de referência: em abril, tal como em junho passado, Portugal teve o terceiro maior aumento no espaço europeu (feita a ressalva de que quatro Estados-membros ainda não revelaram os dados mais recentes).

Nos dez meses anteriores, o país ainda teve em julho a quinta maior subida na produção, o que só se voltaria a repetir no início deste ano, em janeiro (+4,1%) e fevereiro (+3,7%). Março foi uma exceção (+0,7%, a sexta maior subida desse mês, num contexto de quebras por toda a Europa).

Esforço para construir não resolve problema imediato

Para Paulo Caiado, presidente da APEMIP (Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal), estes dados são uma prova da "reação expectável" face à "escassez habitacional" que se vive em Portugal, num contexto em que há "algum consenso sobre a necessidade de incrementar a oferta de habitação".

Paulo Caiado assinala que a oferta não se compara com os números do passado, em que se chegaram a construir "mais de 120 mil fogos num ano", face aos 15 mil que se atingiu recentemente, mas o responsável diz estar confiante de que "o esforço vai continuar". Portugal, defende ainda, "tem uma excelente capacidade construtiva", com "empresas muito bem estruturadas e muito recetivas a incorporar novas metodologias construtivas mais eficazes".

Dito isto, o presidente da APEMIP alerta que é necessário "ter em conta que a reposição de casas é extremamente lenta". Ou seja, "o efeito concreto de algum incremento construtivo será percecionado só daqui a algum tempo".

Paulo Caiado sublinha ainda que o PRR "tem uma parte destinada para habitação muito significativa, distribuída por grande parte das autarquias", devendo "contribuir para que possa haver algum incremento na construção, porque ele é fundamental".

A contrariar este movimento está um problema de fundo há muito identificado – a falta de 80 mil trabalhadores – e uma procura elevada. Neste ponto, Paulo Caiado nota que, "com a imigração, vamos ter a população a aumentar e os imigrantes que vêm para Portugal precisam de encontrar uma habitação digna".

O responsável sublinha também que "é importante ser feita uma caracterização detalhada do parque imobiliário nacional", o que "está ainda por fazer". ■

BREVES

BANCA

POLACO DO BCP CONCLUI PLANO DE RECUPERAÇÃO

O Bank Millennium, instituição financeira polaca detida em 50,1% pelo português Millennium bcp, anunciou nesta quarta-feira a conclusão da implementação do plano de recuperação, tendo sido alcançada "a totalidade dos principais pressupostos" e atingidos "níveis seguros" nos indicadores definidos. "Na opinião do Conselho de Administração Executivo, a totalidade dos principais pressupostos do Plano de Recuperação foram alcançados", lê-se num comunicado do Bank Millennium remetido pelo BCP à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. "O Conselho de Administração Executivo não identifica também circunstâncias futuras que justifiquem a continuação do Plano de Recuperação", acrescenta a instituição. ■

DIREÇÕES REGIONAIS

AGRICULTORES EXIGEM REVERSÃO DE EXTINÇÃO

As quatro maiores organizações representativas dos agricultores escreveram ao Governo a exigir que cumpra a promessa eleitoral de reverter a "má decisão" da transferência e partilha de atribuições das Direções Regionais de Agricultura para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. "Durante a campanha eleitoral, a coligação que venceu as eleições, e é hoje Governo, comprometeu-se a reverter essa má decisão. É tempo de cumprir com o compromisso", assinalam, num comunicado conjunto, a Confederação dos Agricultores de Portugal, a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, a Confederação Nacional da Agricultura e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. ■

RETALHO

PRIMARK CRIA 500 EMPREGOS

A Primark vai investir 40 milhões de euros na abertura de quatro lojas em Guimarães, Viseu, Covilhã e Montijo prevendo criar 500 postos de trabalho. O anúncio de investimento foi feito pela empresa nesta quarta-feira, durante uma apresentação do plano de expansão para Portugal, onde a cadeia de retalho irlandesa celebra 15 anos de presença. Atualmente, a Primark tem 10 lojas no país, de Braga a Loulé, o que representa mais de 35.500 metros quadrados de espaço comercial, e emprega mais de 1.700 funcionários. ■

NOMEAÇÃO

NOVO CEO DA CIMPOR PORTUGAL E CABO VERDE

A Cimpor anunciou Cevat Mert como novo presidente executivo (CEO) da empresa para Portugal e Cabo Verde, cargo antes ocupado por Luís Alves Fernandes. Em comunicado, a Cimpor afirma que a nomeação de Cevat Mert – que já assumiu funções – é "um importante passo para dar continuidade à execução do plano estratégico" da empresa, que prevê investir 270 milhões de euros até 2030 nas áreas ambiental e da responsabilidade social, de forma a atingir a neutralidade carbónica até 2050. "Mert é formado em engenharia e conta com uma destacada experiência internacional", lê-se no documento.

TURISMO DO PORTO

APOSTA NA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA

Em 2024, a região do Porto e Norte de Portugal vai voltar a apostar no mercado asiático-pacífico, retraído desde a pandemia, mas também no México, Argentina e Angola, avançou fonte da Turismo do Porto à Lusa, a propósito das perspetivas turísticas para a região do Porto e Norte para o verão. O presidente da Turismo do Porto e Norte de Portugal, Luís Pedro Martins, disse que para 2024 há uma "nova perspetiva" de um mercado que era muito importante na região até 2019 e que com a pandemia tinha desaparecido. ■

Vítor Mota

O Capital Markets Day é organizado pela AEM, que é presidida por Miguel Athayde Marques, e pela Euronext Lisbon, liderada por Isabel Ucha.

BOLSA

Capital estrangeiro vem a Portugal conhecer cotadas

Um grupo de 19 investidores internacionais vai realizar uma centena de reuniões na próxima semana com 20 empresas da bolsa. A iniciativa da Euronext e da associação de emitentes pretende reaproximar a economia portuguesa do capital estrangeiro.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Vai ser um périplo de uma centena de reuniões que estão marcadas para a próxima semana entre cotadas portuguesas e grandes investidores internacionais. A convite da bolsa de Lisboa e da Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM), 40 investidores (dos quais 19 estrangeiros) vão encontrar-se presencialmente com gestores portugueses para conhecer atividade, estratégia e planos para o futuro.

"É uma oportunidade de os investidores internacionais conhecerem o país e as instituições. Vamos ter a participação de dois membros do Governo, os ministros da Economia e das Finanças, e é também uma oportunidade para os investidores internacionais tomarem contacto com o novo Governo", explicou Miguel Athayde Marques, presidente da direção da AEM, esta quarta-feira em conferência de imprensa.

O representante das cotadas considera que houve uma tradição de proximidade que se perdeu, lembrando que, antes da crise, era organizado anualmente o Dia de Portugal na bolsa de Nova Iorque. "Por várias razões, perdeu-se e a AEM e a Euronext decidiram recapturar esse momento", diz.

A escolha foi feita previamente, tendo havido 20 empresas que tiveram pedidos de reuniões por parte dos investidores, que são 40 no total, divididos por 31 entidades como fundos de pensões ou bancos de investimento. Entre os 19 estrangeiros contam-se organizações vindas de Espanha, França, Bélgica, Países Baixos, Inglaterra, Estados Unidos e Índia.

"Embora as reuniões estejam circunscritas às cotadas, há também um conjunto de empresas que se agregam à iniciativa, que têm o interesse de poder explorar o mercado de capitais. Existem empresas portuguesas com potencial de crescimento, que é muitas vezes limitado pelo acesso ao capital. Nesse caso haverá conversas informais", indica Miguel Athayde Marques.

Os encontros presenciais, marcados para a próxima quinta-

Um encontro com investidores que não tem paralelo com o passado coincide com medidas de dinamização do mercado.

ABEL SEQUEIRA FERREIRA
Diretor executivo da AEM

[As medidas vão] no sentido certo, mas [o Governo] podia ter sido um pouco mais ambicioso.

ISABEL UCHA
Presidente da Euronext Lisbon

20
EMPRESAS
Foram duas dezenas de empresas da bolsa que captaram o interesse dos investidores que vão estar em Portugal.

100
REUNIÕES
Há uma centena de reuniões marcadas entre cotadas e 40 investidores (dos quais 19 estrangeiros de 31 entidades).

-feira, inserem-se num evento mais alargado: o Capital Markets Day 2024. É nesse sentido que entra a participação do Governo.

Medidas bem vistas, mas podem ir mais longe

"Há uma coincidência feliz. Um encontro com investidores que não tem paralelo com o passado coincide com a publicação de medidas de dinamização do mercado. Não são apenas medidas de dinamização, são medidas de índole fiscal. Foi muito importante o tão amplo consenso no Parlamento", afirma Abel Sequeira Ferreira, diretor executivo da AEM.

Isabel Ucha, presidente da Euronext Lisbon, partilha a visão sobre a aprovação, no início da semana passada, na Assembleia da República da proposta de lei do Governo que cria um conjunto de incentivos fiscais para a dinamização do mercado de capitais, tendo havido um acordo entre os partidos dada a urgência na aprovação por estar em causa um dos compromissos do plano de recuperação e resiliência. Essa aprovação pelos maiores partidos "faz crer que é um caminho para progredir", consoante a avaliação que se faça dos resultados, considera a líder da bolsa. Adverte, ainda assim, que se poderia ter ido mais longe.

"O Governo tomou uma iniciativa recentemente no sentido de introduzir benefícios fiscais, quer relativamente aos investidores, em sede de mais-valias, quer no que se refere aos custos que as empresas podem abater em sede de IRC em relação aos custos de entrada em mercado, que vimos naturalmente com bons olhos, no sentido certo – mas podia ter sido um pouco mais ambicioso, especialmente do lado dos investidores. Mas claramente no bom sentido", avalia Isabel Ucha. ■

POLÍTICA MONETÁRIA

Inflação britânica atinge meta, mas corte de juros só para agosto

O comité de política monetária do Banco de Inglaterra não deverá fazer alterações já, mas a evolução dos preços poderá dar margem a que a primeira mudança aconteça depois das eleições legislativas.

O Banco de Inglaterra (BoE) resolveu entrar num período de silêncio em antecipação das eleições no Reino Unido. E é isso que se espera nesta quinta-feira – que não haja alterações nos juros de referência –, mas os mercados vão tentar ler nas entrelinhas qual será o momento para a primeira descida, especialmente agora que a inflação atingiu a meta de 2%.

"Esperamos que o comité de política monetária (CPM) mantenha a taxa de juro em 5,25%", antecipam os analistas do Goldman Sachs, apontando para dados mais fortes do que o esperado da inflação nos serviços.

Embora o governador Andrew Bailey tenha, no passado, desvalorizado os desvios mais pequenos em relação às previsões de inflação do banco central, o banco de investimento norte-americano considera que a surpresa de 34 pontos-base nos dados dos serviços de abril é demasiado grande para ser ignorada pelos decisores.

Os comentários têm sido limitados, dado o período de silêncio pré-eleitoral em curso. No último encontro, havia um comité dividido, com dois dos nove membros a quererem já uma redução. Além disso, antes do anúncio das eleições, o economista-chefe Huw Pille o vice-governador Ben Broadbent indicaram que era possível um corte nas taxas durante o verão, mas sublinharam a importância dos dados recebidos para avaliar o momento de baixar a taxa de juro de referência. E a evolução de maio, conhecida esta quarta-feira, pode ajudar o grupo a fechar os olhos aos serviços de abril.

A inflação homóloga do Reino Unido desacelerou para 2% em maio, contra 2,3% em abril, atingindo a meta pela primeira vez em quase três anos. Esta descida da taxa de inflação homóloga deveu-se, entre outros fatores, a um abrandamento do aumento dos preços dos alimentos e dos refrigerantes, bem como das atividades de lazer e culturais, do mobiliário e dos bens domésticos.

Francesco Pesole, estratega de câmbio do ING, adverte, contudo, que os números são "mistos" e reforçam a expectativa de que o Banco de Inglaterra não vá cortar juros esta quinta-feira. "Ainda temos outro relatório em julho e, a menos que seja uma surpresa material, suspeitamos que deixará o BoE no caminho certo para um corte em agosto", considera o estratega, antecipando que o euro continue a ganhar terreno face à libra.

A visão é consensual, com o mercado à espera de um primeiro corte por parte do BoE em agosto, com impacto para a moeda britânica, que já tem enfraquecido ainda antes da redução do custo do dinheiro com outra estratégia do banco central para reduzir a liquidez no mercado.

"A vontade do BoE de limpar o seu balanço de obrigações tem tido um impacto significativo na libra esterlina e nos mercados cambiais como um todo até agora", indica Pierre Veyret, analista da ActivTrades. "A recente fraqueza da libra esterlina tem apoiado significativamente o apetite por grandes grupos exportadores listados no índice FTSE-100, que está agora a negociar num máximo histórico acima de 8.350 pontos".

A bolsa britânica recuperou esta semana o título de mais valiosa da Europa graças à crise política em França. Desde novembro de 2022 que estava Paris na liderança, ambas em torno dos 3 biliões de euros de capitalização de mercado.

"O mercado atualmente é negociado acima de uma linha de tendência de alta a curto prazo, mas o recente fracasso em ultrapassar o nível de 8.382 pontos, castigado pelas ações do setor bancário, pode ser o sinal de que um recuo está a caminho para as ações do Reino Unido. O tom é suscetível de ser definido pela decisão do BoE, na qual se espera que a volatilidade do mercado aumente progressivamente", acrescenta Pierre Veyret. ■ LMF

5,25%
JUROS
A taxa de juro de referência no Reino Unido está atualmente em 5,25%, o nível mais elevado desde 2008. Deverá manter-se assim.

2
COMITÉ
O comité de política monetária dividiu-se na última reunião, com dois membros a quererem já um corte, contra sete a defender manutenção.

2%
INFLAÇÃO
A inflação homóloga desacelerou para 2% em maio, contra 2,3% em abril, atingindo a meta pela primeira vez em quase três anos.

"Acreditamos que este é o caminho para encarar os desafios do presente e futuro da organização"

A Savills está empenhada em garantir a saúde mental e o bem-estar das suas pessoas no local de trabalho.

Para estar alinhada com o mercado de trabalho e os seus desafios, a Savills criou, em 2023, o Empowering Lab. Pedro Santos, Head of Talent Management & Mental-Health da Savills, explica tudo sobre o projeto.

O que é o Empowering Lab by Savills, criado em setembro de 2023?

O bem-estar das pessoas foi, desde sempre, um dos pilares fundamentais da atividade da Savills. O Empowering Lab surge assim enquanto projeto pioneiro no universo Savills que procura responder de forma mais assertiva e estruturada ao atual e natural progresso do mercado de trabalho e desafios decorrentes, assim como à evolução da relação das pessoas com o trabalho e as organizações no domínio dos critérios de ESG. Este projeto procura procura consolidar, de forma estratégica e preventiva, as iniciativas que a empresa tem vindo a desenvolver desde há muito, para responder aos desafios da promoção da saúde mental, prevenção dos riscos psicossociais e também do bem-estar das suas pessoas.

Qual é o objetivo deste projeto?

Promover um ambiente seguro onde todos se sintam ouvidos e possam partilhar ideias e encorajar a responsabilidade organizacional e individual face à comunidade e ao ambiente, são os principais objetivos deste projeto. Promovemos experiências alinhadas com os propósitos e desejos de contribuição das pessoas e as necessidades da comunidade, incentivando práticas como o voluntariado e a partilha de know-how. Pretendemos também consolidar o impacto abrangente e multidimensional desta iniciativa, que se reflete num melhor equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, uma maior satisfação no local de trabalho e um maior apoio psicossocial e valorização no contexto de trabalho.

Por outro lado, almejamos também reduzir os níveis de stress dos elementos da equipa, aumentar a produtividade e prevenir fenómenos como quiet quitting e presentismo, potenciando o Employee Value Proposition da Savills ("Be Extraordinary, Together").

O Empowering Lab reforça, de forma inequívoca, a estratégia de atração e desenvolvimento de talento da Savills e potencia o employee experience das suas pessoas.

Faça um balanço destes nove meses de Empowering Lab by Savills

O balanço que fazemos é extremamente positivo, ainda que tenhamos a plena consciência de que este será um (bom) desafio a longo prazo. A concretização de algumas iniciativas, a par da recetividade e feedback positivo da equipa, são fatores que fazem deste projeto um autêntico "caso sério". Estamos todos a crescer com o projeto e acreditamos que este é o caminho para encarar os desafios presentes e futuros da organização.

Não poderíamos deixar de referir que o expoente máximo que corroborou este balanço positivo foi a conquista da última edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade, uma distinção que muito nos orgulha e que comprova que estamos a trilhar o caminho certo.

Quantos profissionais da Savills Portugal são abrangidos pelo projeto?

Todos os profissionais da Savills Portugal são abrangidos pelo projeto o que, atualmente, corresponde a aproximadamente 170 pessoas.

Que feedback têm dos colaboradores que participam nesta iniciativa?

O feedback tem sido muito positivo, quer nas atividades específicas que já foram desenvolvidas, quer em relação aos objetivos mais gerais e para os quais desafiamos toda a equipa a participar, com envolvimento e sugestões de iniciativas. No fundo, este é um projeto de todos e para todos aqueles que fazem parte do universo Savills.

Em concreto, que ações estão a ser levadas a cabo pela Savills Portugal na empresa com os participantes no Empowering Lab by Savills para pôr em prática este projeto?

Nesta fase, já foi realizada uma avaliação dos riscos psicossociais na empresa, em Lisboa e Porto, através de uma parceria com o Observatório Português de Fatores Psicossociais Ocupacionais, utilizando o Questionário de Riscos Psicossociais de Copenhaga (COPSOQ). Após esta primeira fase, seguiram-se entrevistas individuais com todos os colaboradores e, posteriormente, a realização de workshops com os diferentes cargos diretivos sobre saúde mental e bem-estar, partilhando orientações gerais para a estratégia de abordagem numa ótica de disseminação top-down.

Realizaram-se também focus groups interdepartamentais, que permitiram esclarecer e promover a comunicação sobre aspetos relacionados com saúde mental e bem-estar na empresa.

A comunicação dos resultados a todos os participantes foi fundamental para definirmos a estratégia do Empowering Lab, uma vez que tínhamos em nossa posse informações relevantes sobre o nosso público-alvo para considerar na construção das respostas.

Iniciámos também uma componente de desenvolvimento de competências e formação, com ações nas áreas da saúde mental, inteligência emocional, gestão de stress, planeamento e gestão de tempo, comunicação interpessoal, literacia financeira e nutrição.

Quais são os eixos de atuação do Empowering Lab by Savills?

Na sua estratégia de implementação, o Empowering Lab contempla 4 eixos de atuação, que decorrem dos valores da Savills: "We Listen, We Empower, We Challenge, We Collaborate."

A Savills Portugal está a ponderar adotar no futuro próximo mais estratégias para promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, a saúde mental e o bem-estar dos seus colaboradores, contribuindo desta forma para a atração e retenção de talento?

A promoção de uma cultura que prioriza o bem-estar holístico da sua equipa foi, desde sempre, um objetivo da Savills. Neste sentido, têm sido implementadas diversas medidas que visam fomentar oportunidades de crescimento e evolução na carreira, dando primazia a fatores como a mobilidade interna e às preferências demonstradas pelas pessoas que integram a equipa.

Pedro Santos, Head of Talent Management & Mental-Health da Savills

Reforçar o desenvolvimento do potencial de pessoas e equipas, gerir de forma individualizada os percursos profissionais e manter vias de comunicação abertas na construção de um ambiente socioprofissional promotor da qualidade de vida são os principais key-drivers.

Destacamos ainda o teletrabalho e a flexibilidade de horário enquanto uma mais-valia imprescindível para a captação e retenção de talentos

O pilar da formação é também essencial na estratégia de desenvolvimento da Savills. Nesta matéria, são utilizadas metodologias de Experiential Learning, Coaching, Team Coaching através de formação externa e interna, onde os diferentes departamentos promovem ações de team building, de acordo com a respetiva necessidade e disponibilidade.

Pretendemos também e ainda no decorrer deste ano, obter a certificação de "Empresa Familiarmente Responsável", da ACEGE em colaboração com a Fundación Más Familia, que é um instrumento de gestão de pessoas amplamente reconhecido a nível nacional e internacional.

Sabemos que o atual paradigma do mundo o trabalho está em constante evolução e, perante este cenário, reconhecemos uma crescente necessidade de nos reinventarmos e adaptarmos, rumo a um caminho de constante evolução.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

O populismo e a independência do banco central

O que leva os países desenvolvidos a consagrarem na legislação a independência dos bancos centrais? A necessidade de afastar a política monetária dos ciclos eleitorais. Mas a independência dos bancos centrais não se limita às taxas de juro; estende-se à supervisão. Isso permite aos bancos centrais olharem para a atividade bancária sem a pressão do populismo que caracteriza cada vez mais a atividade dos governos.

Ontem, o governador do Banco de Portugal, instituição que tem a independência consagrada nos tratados europeus, foi à AR passar vários recados. Um deles foi um aviso aos bancos portugueses. Disse Mário Centeno que os bancos devem utilizar a conjuntura de bons resultados ("que são transitórios") para constituir provisões para momentos difíceis: os juros vão baixar e com eles a situação financeira dos bancos, lembrou Centeno. Por isso, disse o governador, os bancos "devem poupar (..) para não voltarem a "viver momentos de aflição no sistema bancário".

Mário Centeno faz muito em lembrar isto aos bancos. É nos momentos de vacas gordas que se constituem provisões para momentos menos bons. Mas é estranho que o faça só agora. Devia tê-lo feito quando a classe política, com o PS e a extrema-esquerda à cabeça, andavam numa vergonhosa deriva populista, a pedir a tributação dos lucros extraordinários da banca.

Seria interferir na esfera governativa? Não. Seria apenas desempenhar o papel de guardião do sistema financeiro. Afinal foi para isso que o legislador lhe deu independência. Intervir agora faz suspeitar que Centeno não quis criticar o populismo idiota do PS quando defendia a tributação dos lucros extraordinários. ■

LUIS TODO BOM
Gestor de Empresas
Autor do Manual de Gestão de Empresas Familiares

"Governance" e gestão das empresas familiares

"Governance" e gestão são as duas variáveis fundamentais para o sucesso e índices de performance elevados, nas empresas familiares.

Estas duas variáveis estão interligadas, mas representam conceitos diferentes e têm, por base, também, ferramentas teóricas diferentes.

O conceito de "governance" está associado ao modelo de governo, de organização e de controlo efectivo da empresa, através dos seus órgãos essenciais, que são diferentes na empresa e na família, mas em interacção sistémica permanente.

Istockphoto

No âmbito da empresa, o modelo de "governance" regula, essencialmente, o funcionamento da assembleia geral e a sua relação com os accionistas e do conselho de administração, com administradores executivos que constituem a comissão executiva e administradores não executivos, independentes e não independentes.

O modelo de "governance" da família inclui o protocolo de família, também designado como a constituição da família, a assembleia de família e o conselho de família, que integra os membros da família, accionistas da empresa e que define as regras de funcionamento dos elementos da família, na empresa.

No âmbito da gestão dos grupos familiares, as áreas mais relevantes situam-se ao nível das definições estratégicas do grupo, das estratégias de crescimento e de diversificação de áreas de negócio, da compatibilização entre produtos e serviços tradicionais, com produtos e serviços inovadores e no desenvolvimento de novos projectos de investimento.

Nos grupos empresariais familiares bem geridos, as opções de crescimento e de diversificação das suas áreas de negócio, com a inclusão de uma área de natureza mais patrimonial, estão sempre presentes, criando a necessidade duma boa execução dos novos projectos de investimento.

Pela sua importância e relevância no funcionamento eficiente dos grupos familiares, estes temas são tratados, com grande profundidade, e aplicados a um estudo de caso especificamente citado para este efeito, nos cursos que leccionamos, no Iscte Executive Education.

Nos grupos familiares, com bons modelos de "governance", da empresa e da família, e com uma gestão competente e eficiente, que cria valor, para os membros e não membros da família, que têm performances elevadas e distribuem dividendos, a sucessão nunca é um problema.

O mesmo se passa ao nível da gestão de conflitos, que são muito atenuados nestas empresas, bem organizadas, em que o protocolo de família estabelece regras que permitem lidar com as situações de discordâncias no seio das famílias empresárias.

Em contrapartida, grupos familiares com modelos de "governance" frágeis e inadequados, e uma gestão pouco eficiente, que não cria valor para a família, enfrentam, em geral, problemas graves de sucessão, e estão na base da alta taxa de mortalidade destas empresas na transição de gerações. ■

> Nos grupos familiares, com bons modelos de "governance", da empresa e da família, (...) a sucessão nunca é um problema.

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

LUGAR À MESA

CATARINA CARIA
Gestora de Programas na área da Paz e Desenvolvimento Sustentável; Membro do Conselho Estratégico da CIP

Diário de Bruxelas

Querido Diário.

Bruxelas tem sido um turbilhão de emoções na última semana. A extrema-direita cresceu, mas com menos pujança do que se especulava. Ainda assim, dos 27 Estados-membros, 22 elegeram forças de direita radical. O Partido Popular Europeu continua a ser a maior família política no parlamento europeu, um youtuber tornou-se eurodeputado pelo Chipre, a França vai a eleições antecipadas no final do mês, a abstenção continua elevadíssima, e o primeiro-ministro belga demitiu-se depois da vitória europeia da Nova Aliança Flamenga. Já disse que Macron anunciou eleições legislativas na sequência da esmagadora vitória do Reagrupamento Nacional? Tenho algum receio das consequências desta jogada gaullista no posicionamento da extrema-direita e no enfraquecimento do eixo Paris-Berlim.

Os jogos da fome começaram. Entre longos almoços e jantares, vão-se começando a alinhar nomes e coligações. Na mesa estão colocados os quatro principais cargos da União Europeia que ditarão o compasso político dos próximos cinco anos: a presidência do conselho europeu, da comissão europeia, do parlamento europeu e o/a chefe da diplomacia europeia. É um verdadeiro teatro de negociações. De pompa e circunstância, vi chegar os líderes representativos dos 27 Estados-membros para um jantar informal no Conselho Europeu. Como de habitual, fecharam-se ruas, os jornalistas eram mais do que os polícias e todas as conversas na cidade começam por "Ursula". O prato principal foi a distribuição destes "top jobs", mas entre couves de Bruxelas no forno e "magret" de pato, ficou tudo por dizer e por fazer.

Olivier Matthys/Epa

Sempre me ensinaram que é falta de educação falar de quem não está à mesa, mas foi sobre António Costa que se teceram comentários a noite toda – rasgados elogios por parte do primeiro-ministro esloveno, do primeiro-ministro sueco e até da primeira-ministra dinamarquesa que abandona a corrida à presidência do conselho europeu – e algumas preocupações menos simpáticas levantadas pelo primeiro ministro polaco, Donald Tusk e apoiadas pela Grécia e Itália. Em causa está uma clarificação pública da situação judicial de António Costa que continua a ser considerado arguido na Operação Influencer.

A grande surpresa (e gula) da noite foi a sugestão por parte do centro-direita de dividir a presidência do conselho europeu – dois anos e meio para os socialistas, dois anos e meio para o Partido Popular Europeu.

A quem não caiu particularmente bem a ementa foi, pois claro, a Giorgia Meloni e Viktor Orbán, excluídos da mesa dos adultos, e dos "top jobs".

> A quem não caiu particularmente bem a ementa foi, pois claro, a Giorgia Meloni e Viktor Orbán, excluídos da mesa dos adultos, e dos "top jobs".

De Orbán já conhecia o seu estilo dissidente e rebelde, mas a falta de originalidade surpreendeu-me. A partir de 1 de julho, a presidência rotativa do conselho da União Europeia pertence à Hungria, e o novo lema que rotulará chapéus azuis por toda a Europa é MEGA: "Make Europe Great Again". Estaremos a prepararmo-nos para uma presidência europeia ao estilo Donald Trump? Janos Boka – o responsável húngaro pela pasta de assuntos europeus – considera que "este 'slogan' transmite a ideia de que a Europa é capaz de se tornar um ator independente global". Alguém que lhe informe, por favor, que não é com políticas protecionistas e isolacionistas, alienadas de preocupações climáticas e humanitárias que lá chegaremos.

Enfim, agora já só devo conhecer os meus novos vizinhos do European Quarter no final da próxima semana. Entretanto, no dia 25 de junho encetam-se as negociações formais de adesão da Ucrânia e Moldávia à União Europeia, que deverão ser interessantes de acompanhar, desde logo, pela resistência húngara. Cá estarei para partilhar as últimas da Europa. ■

XOXO,
Gossip Girl

Coluna semanal à quinta-feira

...medialivre

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.
Diretor-Geral Editorial Carlos Rodrigues
Diretor-Geral Comercial Luís Ferreira
Diretor de Informática Rui Taveira
Diretora Financeira Ivone Nunes
Diretor de Pessoas e Organização David Pinto
Diretor de Circulação João Ferreira de Almeida
Diretor de Marketing e Reader Revenue João Aleixo
Diretor de Arte Pedro Freire
Diretora de Research Ondina Lourenço

negocios

Diretora Diana Ramos; **Diretor Adjunto** Celso Filipe; **Redatoras Principais** Filomena Lança (Coordenadora de Economia), Maria João Babo; **Grande Repórter** Rui Neves (Coordenador Porto); **Editores** João Maltez, Leonor Mateus Ferreira (Mercados), Lúcia Crespo (Weekend), Miguel Baltazar (Fotografia), Paulo Ribeiro Pinto (Economia), Pedro Curvelo (Online), Vítor Rodrigues Oliveira (Empresas); **Redação** Bárbara Silva, Carla Pedro (Coordenadora Online), Catarina Almeida Pereira, Diana do Mar, Diogo Mendo Fernandes, Fábio Carvalho da Silva, Filipa Lino, Hugo Neutel (Coordenador de Empresas), Inês Santinhos Gonçalves (Coordenadora Online), Joana Almeida, Maria Caetano, Mariana Ferreira Azevedo, Marta Velho (Coordenadora Online), Sara Ribeiro, Sílvia Abreu, Susana Paula; **Departamento de Arte** Mónica Santos (Coordenadora), Pedro Teixeira, Rui Santos (Online), Sílvia Arrochinho; **Departamento de Fotografia** Sofia Henriques; **Secretariado** Teresa Nunes; **Revisão** Mariana Andrade; **Colunistas** Aldino Campos, Álvaro Nascimento, António Moita, Armando Esteves Pereira, Bruno Faria Lopes, Camilo Lourenço, Catarina Caria, Catarina Roseta Palma, Cristina Casalinho, Edson Athayde, Fernando Ilharco, Francisco Mota Ferreira, Isabel Stilwell, Joana Garoupa, João Borges de Assunção, João Duque, João Pinto, Joaquim Aguiar, Jorge Marrão, José Crespo de Carvalho, José Esteves, José Sá Reis, Luís Marques Mendes, Luís Afonso (cartoonista), Luís Miguel Henrique, Luís Todo Bom, Manuel Falcão, Maria de Fátima Carioca, Paulo Carmona, Paulo Morgado, Pedro Brinca, Pedro Fontes Falcão, Pedro Oliveira, Ramon O'Callaghan, Susana Quintana Plaza.

Administração e Redação Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 2º Piso - 1549-023 Lisboa, TEL. +351 210 494 000

Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%); **Contribuinte** 502801034; **CRC de Lisboa** 502801034; **Registo Edição Papel** ERC 121571; **Depósito Legal** 120966/98; **ISSN** 0874-1360; **Periodicidade** Diário; **Registo Edição Online** nº 123 490 / ICS

Assinaturas Telefone: 210 494 999; e-mail: assine@medialivre.pt; Correio: Remessa Livre 11258 - Loja da 5 de Outubro - 1059-962 LISBOA (não precisa de selo) ou escreva para: Cofina-Serviço de Assinantes - Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **Publicidade** Telefone: (+351) 210 494 076 - E-mail: publicidade@medialivre.pt; **Impressão** EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro; **Distribuição** Vasp - Distribuição de Publicações SA - Telef.: 21 4398500; **Propriedade/Editora** Medialivre, S.A. | Cap. Social: 22 523 420,40 €. **Sede** Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **C-Studio e Negócios em Rede** Marcas que representam a área de Conteúdos Patrocinados do Negócios. Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

CONSCIÊNCIA DOS FACTOS

GONÇALO SARAIVA MATIAS
Presidente do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Sants

Dia mundial dos refugiados

iStockphoto

Assinala-se hoje o Dia Mundial dos Refugiados. O tema das migrações e dos refugiados entrou definitivamente no debate político, nacional e europeu, tendo dominado a última campanha eleitoral. Por outro lado, no barómetro sobre política europeia da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o tema das migrações e refugiados passou para o topo das preocupações dos portugueses.

Quando se fala de migrações é importante, em primeiro lugar, distinguir os fenómenos. São muito diferentes as situações dos chamados migrantes económicos e dos refugiados.

Os refugiados são protegidos pela Convenção das Nações Unidas de 1951, devendo os países signatários da convenção receber as pessoas que, nos seus países de origem, sejam objeto de perseguição.

Por esta razão, o discurso económico e demográfico que muitas vezes, e bem, sustenta o argumento a favor de uma maior abertura às migrações económicas, não é o principal quando se fala de refugiados. Neste caso, o importante é salvar as vidas dos que são perseguidos, independentemente das motivações económicas dos refugiados ou dos países de acolhimento.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final de 2023 contavam-se cerca de 117 milhões de pessoas deslocadas. Entre estas encontram-se os deslocados internos, pessoas que foram forçadas a abandonar o seu local de origem, embora se encontrem abrigadas no mesmo país.

Ainda de acordo com o ACNUR, registavam-se em 2023 cerca de 43 milhões de refugiados globalmente. Destes, apenas 1 milhão teve condições de regressar aos seus países de origem. O número de refugiados triplicou na última década.

Um dos temas que tem suscitado maior controvérsia é o recentemente aprovado Pacto para as Migrações e Asilo da União Europeia. Um dos aspetos que criou maiores dificuldades à obtenção de um acordo e que mais demorou a aprovação do pacto foi precisamente a matéria do asilo.

O Pacto chega a um compromisso possível, embora não ideal, de duvidosa compatibilidade com um princípio de solidariedade, que consiste na possibilidade de um Estado-membro, pagando, recusar o acolhimento de refugiados.

Um bom exemplo de política de proteção foi a seguida com a Ucrânia. Pouco depois do início da invasão russa, a União Europeia ativou um mecanismo de proteção temporária, uma diretiva já aprovada em 2001, e que nunca havia sido ativada, nem durante a "crise" de 2015, permitindo uma entrada mais fácil, simples e não burocrática dos Ucranianos que fugiam da guerra. Isto permitiu receber no território da União Europeia, em poucos meses, mais de 5 milhões de pessoas.

O número de refugiados está a crescer em todo o mundo. Isto é resultado dos conflitos globais, que se têm agravado, mas também de novos fenómenos como as alterações climáticas que provocam novos movimentos de pessoas, e uma crise alimentar global, que põe em causa a segurança alimentar. Estes novos fenómenos não se encontram cobertos pelas convenções vigentes, sendo necessário que os países encontrem soluções individuais para lidarem com eles. Por outro lado, mesmo no plano regional, como se viu na União Europeia, é cada vez mais difícil e lento chegar a entendimentos relevantes.

É essencial informar a população sobre a realidade, sobre os factos, sobre as distinções entre os diferentes fenómenos, para que possamos todos ter um debate informado sobre um tema cada vez mais importante na nossa vida coletiva. ■

Quando se fala de migrações é importante, em primeiro lugar, distinguir os fenómenos. São muito diferentes as situações dos chamados migrantes económicos e dos refugiados.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final de 2023 contavam-se cerca de 117 milhões de pessoas deslocadas. Entre estas encontram-se os deslocados internos.

Coluna quinzenal à quinta-feira

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Manuel Pinto de Azevedo, 80, 1.º - 4100-320 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF--Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

QUINTA-FEIRA | 20 JUN 2024

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

MELHOR TÍTULO DE INFORMAÇÃO ECONOMICA

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de maio de 2024: 5.083 exemplares

SA LUÍS AFONSO

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

ROSÁRIO PALMA RAMALHO
Ministra do Trabalho

Está a trabalhar em medidas que alteram as regras de acumulação do subsídio de desemprego com o salário. A ideia é que passe a ser possível "acumular as prestações sociais dentro de certos parâmetros com rendimentos do trabalho". Numa altura em que vários setores têm escassez de mão de obra, permitir a acumulação é uma ferramenta relevante para o regresso de trabalhadores ao mercado. ■

MÁRIO CENTENO
Governador do Banco de Portugal

Foi ao Parlamento explicar aos deputados os prejuízos do Banco de Portugal, mas foi deixando mensagens e avisos também eles relevantes. Um dos mais relevantes apontamentos que deixou foi a necessidade de o país continuar a ter excedentes entre 1 e 2%, já que "esse é o único valor que permite garantir que o sistema corrente não esteja a ser financiado por excedentes da Segurança Social". Esperemos que tenha sido ouvido. ■

BREVES

CONSELHO ECONÓMICO
PAES ANTUNES FALHA ELEIÇÃO

O candidato único indicado pelo PSD para presidente do Conselho Económico e Social (CES), o antigo secretário de Estado social-democrata Luís Pais Antunes, falhou ontem por um único voto a eleição de dois terços para esse cargo. ■

ELEIÇÕES
JOE BIDEN ESTÁ À FRENTE DE TRUMP

A taxa de aprovação do Presidente norte-americano, Joe Biden, é negativa em 45 estados, segundo dados da Morning Consult, mas as sondagens agregadas pela empresa mostram o democrata à frente de Donald Trump nas intenções de voto nacionais. ■

CASO DAS GÉMEAS
FILHO DE MARCELO PASSA A ARGUIDO

Nuno Rebelo de Sousa, filho do Presidente da República, foi constituído arguido no processo das gémeas brasileiras que receberam tratamento hospitalar em Portugal com um medicamento que custou quatro milhões de euros aos cofres públicos. ■

AUTOMÓVEL

Primeiro elétrico da Ferrari custa pelo menos 500 mil €

Benoit Tessier/Reuters

A marca italiana de luxo prevê lançar o seu primeiro veículo elétrico no quarto trimestre de 2025.

A fabricante italiana de automóveis de luxo Ferrari vai lançar o seu primeiro carro elétrico e o preço não será para qualquer bolsa: irá custar pelo menos 500.000 euros, afirmou fonte próxima do projeto à Reuters.

A Ferrari anunciou que será em finais do próximo ano que colocará no mercado o seu primeiro veículo elétrico. E, nesse âmbito, irá inaugurar já na sexta-feira, 20 de junho, uma fábrica em Maranello – que fica no norte de Itália e é conhecida como a cidade da Ferrari –, que irá produzir o modelo e que poderá impulsionar a produção do grupo automóvel em cerca de um terço.

Até agora não era conhecido qualquer valor para este carro elétrico, numa altura em que outras marcas até têm descido os preços dos seus modelos deste segmento devido à forte concorrência. E tem havido uma menor procura, dada a expectativa dos clientes de novos veículos a preços mais competitivos.

Assim, o facto de a Ferrari estar a pensar vender o seu primeiro veículo elétrico por um valor não inferior a meio milhão de euros "revela a confiança da marca de que os condutores ultra-abastados estão prontos para isso", sublinha a Reuters.

Estes 500.000 euros – que não incluem funcionalidades e toques pessoais que habitualmente encarecem cerca de 15% a 20% o valor total do carro – ficam bem acima do preço médio de venda de 350.000 euros (extras incluídos) de um veículo Ferrari no primeiro trimestre deste ano e de muitos elétricos de luxo das rivais da marca italiana. O preço do Taycan da Porsche, por exemplo, começa em torno dos 100.000 euros. ■ CP